



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Do Sulmbrante Património Natural

1
JMC
F. Silva

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE
DOIS MIL E DEZ**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e dez, pelas 14:30 horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** - *Exposição do Senhor Presidente da Câmara;* -----

-----**DOIS** – *Pedido de aprovação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2011, aos valores patrimoniais dos prédios urbanos.* -----

-----**TRÊS** – *Pedido de Autorização de lançamento de uma derrama, para o ano de 2011, a incidir sobre a colecta de IRC do ano económico de 2010.* -----

-----**QUATRO** – *Pedido de aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem.* -----

-----**CINCO** – *Pedido de aprovação da 8.ª Modificação aos documentos previsionais de 2010 que se traduz na 3.ª Revisão ao PPI e consequente 5.ª Alteração ao Orçamento da Despesa.* -----

-----**SEIS** – *Pedido de substituição do elemento representante da Assembleia Municipal, na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.* -----

-----**SETE** – *Designação de um elemento da Assembleia Municipal para fazer parte do Conselho da Comunidade do ACES do Douro I- Marão e Douro Norte.* -----

-----**PRESIDENTE DA MESA**, Sr. Eng. João Manuel Gouveia da Costa inicia os Trabalhos acompanhado pela Primeira - Secretária Filomena Margarida Gonçalves Marques e pela segunda Secretária Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo injustificado os seguintes
Membros: Manuel Vilela, Telmo pinto e M.^a Amélia Batista. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da
Assembleia Municipal do dia 30 de Junho de dois mil e dez e abre Período de Inscrições, tendo-se
inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Solicita que seja incluída na Acta a resposta da Sra.
Ministra da Saúde ao seu requerimento, o qual se apresenta na íntegra:



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

3
[Handwritten signature]

Ofício N.º 3235
Data: 23-08-2010

GABINETE DO MINISTRO DOS
ASSUNTOS PARLAMENTARES
ENTRADA N.º 4985
DATA: 23/08/2010



MINISTÉRIO DA SAÚDE
GABINETE DO MINISTRA

Exmo. Senhor
Dr. André Miranda
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Ministro dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Sua referência Sua comunicação Nossa referência

ASSUNTO: Pergunta n.º 2499/XI/1ª de 26 de Abril de 2010 do Senhor Deputado Luis Pedro Pimentel do PSD
- Encerramento das Extensões de Saúde no Concelho de Alijó

No sentido de habilitar o senhor Deputado Luis Pedro Pimentel, do PSD, com a informação solicitada, cumpre-me transmitir a V. Exa. o seguinte:

É reconhecido por todos o contexto de carência de recursos humanos médicos em Portugal, na área da saúde, em geral, e na prestação de cuidados primários, em particular.

Constitui uma prioridade para o Ministério da Saúde o reforço dos recursos humanos médicos que, note-se, constitui uma necessidade geograficamente assimétrica, uma vez que é mais evidente em determinadas zonas do país do que outras.

Prevê-se que o já concretizado aumento significativo do número de vagas nos cursos de medicina venha a contribuir para um incremento do número de médicos disponíveis para trabalhar nesta área. No mesmo sentido vai a criação dos novos cursos de Medicina na Universidade do Algarve, já em funcionamento, e na Universidade de Aveiro, a iniciar-se em 2011.

Outro aspecto relevante é o aumento da formação de médicos na especialidade de Medicina Geral e Familiar. Em 2010 ingressou na especialidade o maior número de médicos de sempre: 339 vagas num total de 1168.

Por outro lado, refira-se que a reforma dos cuidados de saúde primários que se encontra em curso, com a criação das Unidades de Saúde Familiar (existindo actualmente 245 em funcionamento) e a constituição dos Agrupamentos de Centros

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

AV. DO CRISTÓVÃO, 9 - 1049-602 LISBOA - T: 21 220 50 00 - Fax: 21 220 51 08 - Info: 21 220 51 08 - E-mail: informacoes@alijoo.pt - E: 21 314 22 75



MINISTÉRIO DA SAÚDE
GABINETE DA MINISTRA

de Saúde, permitirá disponibilizar mais e melhores cuidados de saúde próximos dos cidadãos, indo ao encontro das suas necessidades.

O Centro de Saúde de Aljô tem 14.337 utentes inscritos, possuindo, para além da sede, 12 unidades de saúde distribuídas pelo concelho, variando o número de inscritos de 287 a 1.886 utentes.

Algumas das unidades distribuídas pelo concelho já não têm consultas médicas e outras funcionam apenas 2 ou 3 dias por semana, facto que não tem impedido ou limitado o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde, como se pode constatar pelo número de consultas realizadas no 1º trimestre de 2010, de 16.390 (superior à totalidade dos inscritos).

O Ministério de Saúde procura optimizar todos os recursos disponíveis, visando melhorar a prestação de cuidados e alargar os horários de funcionamento dos centros de saúde, melhorando a capacidade de resposta aos cidadãos.

Não havendo, de momento, qualquer decisão de encerramento, é natural que unidades de saúde com tão poucos inscritos sejam repensadas, tendo em conta a escassez de médicos de clínica geral existentes no nosso país.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

António Mendes



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

-----**MEMBRO DOMINGOS AURÉLIO:** Foca a página 07 da Acta, na intervenção do Membro Rogério Lima, onde se lê “Carta Municipal”, deve ler-se “Carta Educativa”. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Refere que na página 11, onde se lê “que olhe apenas para o número”, deve ler-se “que não olhe apenas para o número”. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Indica que serão tomadas as devidas notas e coloca a votação a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 30 de Junho de 2010, sendo aprovada por maioria de votos, com 04 abstenções e 31 votos a favor. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Indica que o Membro Márcio Ribeiro, apresenta declaração de voto, por não ter estado presente na Sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de Junho de 2010. Dá início ao Período de *Antes da Ordem do Dia*, abrindo Período de Inscrições. Usaram da palavra os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Esclarece que a sua intervenção inclui já o Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos e questiona o Sr. Presidente da Câmara relativamente à situação financeira da Autarquia, após observar alguns dados há algumas informações que não constam do documento, nomeadamente qual a dívida da Câmara Municipal à Banca, no dia 29 de Setembro de 2010; relativamente aos dados constantes no Ponto Um da Ordem de Trabalhos questiona se o montante dos acordos de pagamento está ou não incluído na dívida a fornecedores; falta ainda informação sobre a capacidade de endividamento do Município, pretendendo saber qual o limite ao endividamento do Município para 2010. “ À data da presente informação, o Município de Alijó tem uma dívida a fornecedores na ordem 7,6 milhões de euros” e segundo verificou no documento de Balanço do Município de Alijó, do ano de 2009, a dívida em 31/12/2009 a fornecedores era num total de cinco milhões e meio de euros e à Banca dezasseis milhões e meio de euros, constatando que desde 31/12/2009 até a primeira quinzena de Setembro de 2010 houve um acréscimo de dois milhões de euros. Considera este valor exorbitante, até porque é do conhecimento de todos que o Município de Alijó apareceu num inquérito semestral ao prazo do recebimento nas obras públicas no relatório da Primavera de 2010, dentro dos seis Concelho que mais demora a pagar, num prazo superior a doze meses; segundo a evolução do prazo médio de recebimento da Autarquia em meses, já na Primavera de 2008 era de nove a doze, no Outono de 2008, era superior a doze, na Primavera

de 2009, superior a doze e na Primavera de 2010, superior a doze. Aguardam que no Relatório de Outono de 2010, Alijó já não esteja nesta lista negra. Refere ainda que tiveram acesso, nos últimos dias, no Relatório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte sobre o aumento do desemprego no Distrito de Vila Real e no segundo trimestre de 2010, comparativamente com o período homólogo do ano passado, há um aumento de 5 a 10% no Concelho de Alijó, questionando o que é que a Câmara tem a dizer sobre estes valores e o que tem feito para contrariar a subida destes números nos últimos tempos. -----

-----**MEMBRO FERNANDO GERARDO:** Informa que é com muito desagrado que vê o Executivo suspender um dos serviços mais importantes que podem ser prestados às populações, tratando-se dos Gabinetes de Apoio ao Cidadão, após terem feito um concurso para integração dos seus funcionários nos seus Quadros. Acredita que esta decisão irá ter reflexos no futuro e mais concretamente nas próximas eleições, dado não se tratar apenas de mais uma promessa não cumprida, mas um serviço que todas as Freguesias desejam ter para resolução dos seus problemas que vão desde tirar uma fotocópia, enviar um fax ou o preenchimento da Declaração de IRS, assim como o apoio às próprias Juntas de Freguesia substituindo-se na ausência física do seu Executivo. Questiona porque pode uma Câmara ter centenas de funcionários, quando uma Junta de Freguesia não pode ter apenas um. Considera esta decisão um verdadeiro suicídio político e espera não ser também responsabilizado por este facto. Finaliza frisando que está perfeitamente desiludido com esta situação. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Inicia a sua intervenção, focando a Exposição do Sr. Presidente da Câmara, onde podem ver que foi criada uma brochura turística, trabalho que considera que inverte todas as situações apontadas já pelos restantes Membros, ou seja, promove o Concelho e o turismo; a crise está instalada e todas as pessoas sabem que não foi o Concelho de Alijó (muito menos a Freguesia de Vila Chã) que provocou a dita crise, uma vez que se trata de uma crise Mundial. Acrescenta ainda que na América faliram já quarenta bancos, tentando desta forma chamar um pouco à realidade porque existem vários assuntos negativos, mas quanto maior é a adversidade, maior valor têm os homens para a combater. Indica que não há outra forma de combaterem esta crise que não seja “arregaçarem as mangas e deitar mão ao que têm”, tal como a



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

brochura, entre outras coisas, promovendo o Concelho para sair da crise. Dá ainda o exemplo da ZIF, a qual se encontra a trabalhar no sentido de desenvolver uma parte significativa do Concelho (50% da área do Concelho). Informa que relativamente à ZIF vai haver uma Assembleia Geral, têm feito levantamento de todas as áreas (floresta, vinha, sequeiro) pois não é possível fazer candidaturas sem o respectivo levantamento, o qual está praticamente concluído. Será esta a ferramenta para alavancar o potencial, ou seja a floresta, para se candidatarem e daí advir dinheiro. Frisa que respeita todas as opiniões, no entanto gostava de ouvir propostas e soluções para saírem desta situação. Indica ainda que é do conhecimento de todos que não há dinheiro no Concelho de Alijó e no que concerne ao desemprego, até a Cidade de Mirandela, duplicou em dois ou três meses, sendo necessário trabalhar, para que possam dar “um salto positivo”. Deixa uma proposta, com a consciência de que alguma coisa têm que fazer e que existem áreas onde podem agir de outra forma, tal como os documentos, a acta, a qual, a seu ver, deve passar a ser impressa na frente e verso, reduzindo assim o volume, contribuindo para o ambiente; se querem Turismo, têm que ser criadas condições às pessoas para que elas se sintam bem, proporcionando sombras, lazer, prazer a quem visita o Concelho. Esta é uma proposta que deixa bem expressa, esperando que na próxima Assembleia Municipal os documentos sejam então impressos na frente e verso. -----

-----**MEMBRO DOMINGOS AURÉLIO:** Lembra que estão perto da elaboração do novo Plano de Actividades e Orçamento para 2011, esperando que haja uma definição de critérios relativamente à distribuição de verbas atribuídas às Freguesias, pois não pode nem deve deixar de frisar a forma como é feita. Indica que a sua Freguesia tem oito povoações que rondam os oito mil e vinte e cinco munícipes, esperando que o Sr. Presidente da Câmara tenha em consideração este facto porque é uma pessoa inteligente, activa e muito válida. Em sua opinião, os critérios adoptados ate agora não têm sido devidamente aplicados. Relativamente à intervenção da última Assembleia não ficou satisfeito no que concerne às respostas que obteve relativamente às medidas de contenção, pois não sua intervenção pediu para que fosse feita a marcação nas estradas de Souto de Escarão e Vale de Agodim, tendo obtido como resposta que tem que haver contenção nas despesas; não devem comprar a segurança das pessoas com a realização de feiras, como é o caso da Feira das Velharias de Vale de Mendiz e a Feira do Pinhão, onde está de acordo que haja alguma contenção,

mas despesas para usar com a segurança das pessoas, não é admissível que façam tal comparação. Aproveita para lembrar ao Sr. Presidente da Câmara que não deve deixar acabar a garantia dos trabalhos executados quer numa estrada, quer noutra, as quais foram reconstruída há uma ano, estando já em permanente decomposição. No que concerne à compra de materiais, segundo palavras do Sr. Presidente da Câmara, apenas compram em função das necessidades, questionando assim “quais as necessidades: tirar a água de uma averba não é uma necessidade? Pôr manilhas ou meias canas num aqueduto não é uma necessidade? Pôr uma tampa num esgoto ou numa caixa de saneamento não é uma necessidade?”. Refere ainda que lhe parece que as necessidades e os critérios não estão definidos. -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Foca o problema do abastecimento de água de várias aldeias, sobretudo do Norte do Concelho, onde nas quais conta com Ribalonga, estiveram vários dias consecutivos sem água; podem ainda constatar que nas obras do IC5 era feito o abastecimento de água na barragem. Pede ao Sr. Presidente da Câmara que informe se foi com o consentimento da Câmara, se foi à revelia da Câmara ou se tomou alguma medida ou se o podia fazer para evitar que isso acontecesse sobretudo que o abastecimento à Mota Engil acontecesse em prejuízo do fornecimento directo às populações. Relativamente ao IC5, foca o problema do restabelecimento da iluminação entre a aldeia da Ribalonga e a Estrada Nacional 212; segundo informações do dono da obra esse restabelecimento não vai ter iluminação, no entanto anteriormente tinha iluminação pública. Informa ainda que é um troço com cerca de seiscentos metros, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara a quem cabe a responsabilidade na colocação da iluminação, no pagamento do consumo de electricidade e se a Câmara poderá ter alguma intervenção. Pergunta ainda, no âmbito da construção do IC5, se a Câmara poderá ter alguma intervenção no sentido de resolver o escoamento de águas que despejam para terrenos de particulares, sendo que esses terrenos não foram objecto de expropriação. -----

-----**MEMBRO FERNANDO QUINTAS:** Inicia a sua intervenção, lembrando que se fala muito em crise, no entanto não podem apenas pensar nesta questão, porque as Juntas de Freguesia, apesar dos escassos recursos que todos possuem, “principalmente os do Amieiro que são os que menos recebem do FEF”, mas estão a desenvolver esforços para atenuar a crise. Lembra que já



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

mc
9
[Handwritten signature]

referiu anteriormente os estragos existentes nos caminhos vicinais e pediu aos técnicos da Câmara para facultarem as máquinas, o que acabou por não ser possível; na impossibilidade dos Múncipes circularem nos caminhos, tiveram que recorrer, sem recursos, a uma máquina particular a qual operou durante quinze dias nos principais caminhos. Contaram ainda com a ajuda de uma carinha para transportar saibro e pedras para tapar buracos, permitindo assim que nas vindimas as pessoas possam transportar os seus produtos. Esclarece que com a pessoa que executou este trabalho, foi combinado contabilizar a quantia/pagamento no próximo ano, para que fosse possível a dita realização. Desta forma urge efectuar o pagamento pendente e apesar de precisarem de contabilizar os subsídios da Freguesia, também necessitam fazer o pagamento da obra. Frisa que têm que dar um passo em frente para ultrapassar a crise e dar uma palavra de conforto aos agricultores. Convida todos os presentes para que na segunda semana de Setembro, dias 11 e 12, estejam presentes na inauguração de um Cruzeiro e obras de requalificação do Largo José Maria Teixeira da Rocha, assim como irão também promover a matança do porco, a primeira mostra dos produtos da terra, para desta forma poderem ajudar os agricultores. Informa que os javalis têm dado muitos prejuízos nas culturas dos agricultores, principalmente nas uvas, nas hortas e nas paredes, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara quais as ajudas que a própria Câmara poderá dar a todos os que sejam vítimas destes prejuízos. -----

-----**MEMBRO JOÃO VILELA:** Solicita esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de esclarecer melhor a questão do encerramento das escolas, dado que na última Assembleia ficou a perceber que após o Pólo Escolar estar pronto, haveria a possibilidade delas encerrarem de imediato e haver uma mudança definitiva para o Pólo Escolar. Refere que depois de visionar uma reportagem na RTP1 onde ficou a perceber que o Sr. Presidente da Câmara disse que não interessava que as escolas encerrassem durante o ano lectivo, mas sim, só no final. Pretende assim que esclareça qual a possibilidade delas encerrarem ou não, durante o ano lectivo. Foca ainda uma questão que se prende com a Rádio Juventude Salesiana, julga saber que estão a realizar as suas emissões fora do Concelho de Alijó, estando encerradas as instalações de Alijó; não tendo conhecimento em concreto do protocolo celebrado com a Câmara Municipal, questiona se pode ser dado a conhecer o respectivo protocolo, dado que nesse mesmo protocolo, a Câmara entregou à

Instituição Radiofónica quarenta mil euros; podem estar perante uma situação em que usaram o dinheiro para investir noutro lado, não passando no momento de especulação, no entanto pretende um esclarecimento sobre a situação. Deixa um alerta sobre a ETAR do Castedo que não está trancada, podendo permitir com facilidade a entrada de crianças e originar situações menos agradáveis, embora esta não seja uma situação habitual, segundo informação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Castedo, no entanto deixa este alerta. -----

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** Foca a questão das Scut, que tal como é do conhecimento geral foram construídas com base no princípio da solidariedade entre as Regiões do Litoral e do Interior; estas ao serem servidas pelas Scut, ficavam isentas de pagamento de portagens ate apresentarem índice de riqueza e de desenvolvimento igual às regiões do Interior. Indica que se trata de um princípio político que sempre defenderam. Desta forma, estão contra a cobrança de portagens nas Scut que servem esta Região e o Concelho de Alijó. Com esta medida de introdução de portagens nas Scut, o Governo Socialista deixa cair uma promessa eleitoral para mais uma vez sacrificar o interior e contribuir para a criação de pobreza no Concelho; trata-se de uma decisão política de grande injustiça para o Concelho de Alijó, já que as pessoas e as empresas vão ser oneradas com mais uma taxa, ficando assim sujeitas a mais um sacrificio para suportar o desgoverno do PS. A partir de Abril de 2011 o Governo propõe-se fazer descontos, isentar de pagamento as portagens, as pessoas e empresas que residam a 20km das Scut até ao ano de 2012. Para as pessoas que se desloquem ao Concelho de Alijó, estas ficam sujeitas à injustiça de terem de pagar estradas que foram construídas com a participação da União Europeia e às quais sempre foi garantido pelos Governos Socialistas que a sua utilização era gratuita. Acrescenta ainda que “o Governo já nos habituou” a que as suas garantias não passam de retórica política para manterem as sondagens, camuflando assim o mau desempenho governativo. Informa que são contra o pagamento das portagens nas Scut havendo quatro que servem o Concelho de Alijó. Consideram importante que o Executivo Camarário tomasse uma posição nesta matéria para que as pessoas e as empresas fiquem a saber se podem contar com o apoio da Câmara; relativamente à Assembleia Municipal, a Bancada do PS está contra o pagamento nas Scut, pelo que apelam à sua coerência política, convidando a dita Bancada a votar favoravelmente a Moção de protesto contra o pagamento de



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

portagens nas Scut que vão apresentar à Mesa. Solicita que a Moção seja fotocopiada e entregue a todos os Membros da Assembleia. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** No que diz respeito à análise que o Membro Pedro Pimentel fez da sua intervenção, acerca da situação financeira da Autarquia referiu que existem alguns problemas de interpretação, afirmando com total rigor que em final de 2009 deviam 16,5 milhões de euros de empréstimos à banca; nesta data devem 16,3 milhões de euros, tendo pago dois milhões de euros no primeiro semestre e chegarão ao final do ano de 2010 com uma dívida aos bancos, relativamente a empréstimos, na ordem dos 15,9 milhões de euros. Relativamente à situação financeira no que diz respeito à dívida e sobretudo aos prazos de pagamento, existe uma grande injustiça relativamente aos Municípios de pequena dimensão, que foram referidos na lista, porque os atrasos nos pagamentos aos empreiteiros, têm a ver com atrasos superiores a um ano, de obras candidatas e aprovadas no âmbito do QREN, que têm em execução e que por dificuldades burocráticas ou de outra natureza, ainda não foram pagas à Câmara Municipal de Alijó. Indica que o Membro Pedro Pimentel falou em dois milhões de euros e esclarece que, mais do que esta quantia, custa o Pólo Escolar; Lembra que andaram durante todo este ano a pagar ao empreiteiro, para que esta não fosse abandonada, porque o primeiro pagamento que tiveram dos Fundos Comunitários, relativo ao Pólo Escolar, ocorreu em Julho deste ano; a Câmara Municipal de Alijó, para além das dificuldades financeiras do País e do Mundo, tem estado a aguentar, a pagar o que lhe competia pagar, mais a contra-partida dos Fundos Comunitários. Esclarece que este é um mal do País, pela forma excessivamente centralizada e burocratizada como foi concebido o QREN. Câmaras com a dimensão da de Alijó, têm mais dificuldades do que uma Câmara maior, porque esses têm outros recursos em termos de impostos directos e indirectos. Afirma que assumiram uma estratégia, dado tratar-se de obras de Fundos Comunitários, as quais não podiam perder e não podiam ultrapassar o prazo de execução das mesmas, tinham que analisar os fracos e escassos recursos que têm para pagar o que era da responsabilidade da Câmara, mais a responsabilidade dos Fundos Comunitários enquanto não os recebem. Não podiam colocar em risco a execução das obras. Indica que este

exemplo bastava para que a Câmara Municipal de Alijó, não aparecesse nessa notícia televisiva, lamentando que a comunicação social deste País, procure apenas dar estes exemplos negativos de má prática muitas vezes sem questionarem o responsável máximo dessa instituição. Assume os atrasos verificados, mas a responsabilidade desses mesmos atrasos não se deve à Câmara mas aos atrasos dos Fundos Comunitários. Dá ainda o exemplo de duas obras apoiadas igualmente por Fundos Comunitários, no âmbito da requalificação urbana porque não tiveram capacidade para fazer com essas obras o que fizeram com o Pólo Escolar; refere-se assim à requalificação urbana à volta do Intermarché e à Zona de Lazer. Esclarece que como foram pagando a contra – partida Nacional, não conseguiram pagar o que já lhes deviam ter dado em termos de pagamento e assim os empreiteiros que também não tinham capacidade para investir, pararam. Esclarece que tiveram que fazer opções. O Pólo Escolar, a educação, os alunos eram a prioridade, como tal, canalizaram a verba para garantir uma boa execução dessa obra. Esclarece ainda que estão a trabalhar com um Orçamento que é cinco milhões de euros menos do que o Orçamento com que trabalharam no ano transacto; para além disto também foram sujeitos ao PEC I, PEC II e PEC III; no mês em que tiveram que pagar o subsídio de férias aos funcionários foram confrontados com uma das medidas do PEC, que tem a ver com os pagamentos da ADSE dos funcionários que antes eram suportados pela ADSE e num só mês retiraram-lhe setenta mil euros. Indica ainda que como a DGAL é que transfere as verbas, deixam desde logo de ser transferidos os setenta mil euros e enquanto fazem as providências cautelares, não têm o dinheiro. No que concerne à questão do desemprego, fazendo uma análise comparativa, estão muitíssimo abaixo da média global da Região: Mirandela tem 35%, Boticas com 28%, Montalegre cerca de 30%, entre outros com uma taxa de desemprego superior. Indica que relativamente a esta matéria, uma Câmara sozinha não pode fazer nada, tem que ser a nível de Região e do País, dado o clima económico vivido actualmente. Relativamente à questão colocada sobre o que poderá fazer a Câmara relativamente a esta matéria, indica que a primeira aposta é na economia social, pois há pouco tempo a Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, veio inaugurar mais dois equipamentos na área social que criam riqueza e criam emprego qualificado no Concelho de Alijó, referindo-se ao Centro de Dia e Apoio Domiciliário do Pinhão e ao Lar de Sanfins do Douro que são duas IPSS, que foram apoiadas pelo Governo, quer na



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

13
Handwritten signature and initials in blue ink.

construção, quer sobretudo no subsídio de manutenção, porque os utentes desses Centros são apoiados pela Segurança Social e é com esse apoio que podem servir as pessoas e ao mesmo tempo garantir emprego em Freguesias que de outra forma, teriam muita dificuldade em ter um emprego qualificado desta natureza; Relembra que há ainda outro para construir e inaugurar para breve em Vila Chã e em Vilar de Maçada. Há ainda outro já inaugurado em Carlão e há o edificio da APPACDM. Conseguiram em dois anos, ter um verdadeiro recorde e as dívidas correspondem a investimentos estruturantes para o desenvolvimento do Concelho; relativamente às matérias sociais estão a fazer o trabalho possível na actual conjuntura difícil. Dá ainda um exemplo na área do turismo, afirmando que se podem orgulhar de pertencer ao único Concelho da Região, que teve nos últimos tempos, aprovados mais dois investimentos na área do turismo: mais um hotel para o Pinhão e um Hotel Rural para Vilar de Maçada. Frisa que estão a ajudar a viabilizar os investimentos privados, como os que acabou de referir, quer do ponto de vista das candidaturas, quer procurando eliminar os custos para melhor facilitar este tipo de investimentos. Informa a Assembleia que não estão apenas a tomar estas medidas para ajudar a criar riqueza e combater o desemprego, pois há pouco tempo as Câmaras de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Murça, Vila Flor e Mirandela, juntamente com o IVDP, com Associações de produtores e engarrafadores a nível particular do vinho e do azeite, fizeram uma viagem à China, sendo os únicos representantes de Portugal na ExpoXangai. Essa viagem foi financiada pela EDP, como uma das hipotéticas contrapartidas para a realização da Barragem no Vale do Tua e que foi negociada no âmbito do RECAPE, para poderem financiar a ida à China para colocar lá produtos como o vinho, o azeite assim como o turismo. Apesar de a China ser um país difícil, trabalharam para combater este flagelo porque se conseguirem abrir uma janela de oportunidade para o vinho, para o azeite e para o turismo, fica favorecido o Douro e o País. Informa que inicialmente foram as referidas Câmaras e uma delegação do Douro para deixar contactos e tentar estabelecer protocolos comerciais com aquela Região. O Sr. Ministro da Agricultura vai lá em Outubro no fecho da ExpoXangai celebrar um protocolo que vai ser assinado entre o Governo Português e o Governo Chinês, onde ficará salvaguardada a posição dos mesmos. No que diz respeito ao GAC de Vilar de Maçada, indica que tinha contactado todas as pessoas que se encontravam nestas circunstâncias para estarem presentes

numa reunião onde iria explicar o que se passou relativamente a estas matérias e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Maçada, por motivos de saúde, não pode estar presente. Explica que o que se passou relativamente a esta matéria, foi muito simples e foi aprovado em Reunião de Câmara e na Assembleia Municipal, ou seja, o actual Executivo, em Fevereiro do corrente ano, quando se apercebeu das dificuldades do PEC I, eventualmente com uma visão optimista/pessimista do que viria (PEC II e PEC III), abriu concurso para quatro GAC e quinze lugares de Auxiliares da Acção Educativa. Acrescenta que se trata de pessoas que já desempenhavam estas funções em diversas escolas do Concelho e nos GAC há variadíssimos anos e que depois de findo o projecto inicial que os colocou nessas funções, foram sucessivamente renovando até ao limite que a lei permitiu renovar. Lembra que nessa altura lançaram o concurso com a expectativa de o poderem concretizar, no entanto, a situação financeira da Autarquia e do próprio País, alterou-se e não tiveram hipótese de o concretizar. Lembra ainda que se anteciparam um ano relativamente a esta matéria, porque o contrato dos GAC termina apenas em 2011. Com um ano de antecedência, tentaram garantir a manutenção desta oferta, mas não foi possível, porque não fazem leis e apenas se limitam a agir com os instrumentos que têm. Informa que tiveram o cuidado de falar a cada uma das pessoas, explicando a situação e afirmando que se cada Junta quiser manter essa situação em termos laborais, o pode fazer, uma vez que a Câmara, está impedida por Lei, de renovar os contratos, dentro de uma Lei que surgiu no âmbito da Contratação Pública; as Juntas de Freguesia não estão impedidas de o fazer, assim como não estão impedidas de irem ao subsídio de desemprego requisitar esses recursos humanos porque com o tempo de descontos que têm, podem usufruir de três ou quatro anos de apoio, pagando apenas a Junta de Freguesia, o subsídio de alimentação e o seguro. No que diz respeito à intervenção do Membro António Fernandes, salienta a questão da brochura turística e a questão da floresta, bem como “o corte no desperdício”. Relativamente à brochura turística, indica que embora o Concelho viva basicamente do vinho a Sul, da floresta e dos produtos associados à mesma, a Norte, tem que viver cada vez mais no seu todo, do turismo e daí que o Município de Alijó tenha feito a aposta na brochura, a qual apenas custou ao Município de Alijó, o envolvimento na feitura da mesma, não despenderam de grande verba na medida em que conseguiram estabelecer um contacto entre a pessoa que fez a brochura e a



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

2014 15
J. A. F. A.

actividade local para de certa forma também a financiar e fazer publicidade à mesma. No que diz respeito à floresta e à ZIF, a floresta representa para o Norte, aquilo que o vinho representa para o Sul; para além de uma gestão de riqueza económica e de produção de emprego, é também uma questão ambiental e uma questão de protecção de pessoas e bens, porque os fogos não se combatem, evitam-se. Salienta que o único grande incêndio que ocorreu no Concelho de Alijó, não foi nem por incúria dos Sapadores Florestais, nem dos Serviços de Protecção Civil, mas antes por incúria/negligência/incompetência dos trabalhadores do IC5, que fizeram várias explosões, tendo ocasionado assim o único grande incêndio, que se registou na Freguesia de Carlão, tendo-se ainda espalhado para a Freguesia do Amieiro. No que diz respeito à impressão da Acta na frente e verso, concorda plenamente, porque estes pequenos gestos podem juntos ter significado porque são consumíveis, são despesas correntes, onde também têm limites para gastar. Acrescenta ainda que se o mesmo se verificasse a nível do país, seria vantajoso não apenas do ponto de vista estritamente económico mas também ambiental. No que diz respeito à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, indica que não concorda com a mesma, porque relativamente ao critério de verbas para as Juntas de Freguesia, há muito tempo que estes são conhecidos e baseiam-se nos mesmos critérios que o Estado tem para transferir verbas quer para a Autarquia/Câmara, quer para a Autarquia/Freguesias, ou seja, baseiam-se no duplo critério: território e população. Acredita que o Sr. Presidente de Junta considere insuficientes as transferências, pois partilha de igual opinião da transferência para a Autarquia/Câmara. No entanto, quando o Sr. Presidente de Junta refere que os critérios não são claros e que é necessário mais rigor, esclarece que estes são os mesmos há muito tempo, porque reflectem a situação do FEF a nível central, e a única coisa que a Câmara tem feito, tem sido mexer a nível da percentagem, aumentando ou diminuindo da mesma forma para todos. Indica ainda que gostaria que acrescentassem, nas transferências para as Autarquias, um critério que tem a ver com a riqueza produzida no Concelho, que fizesse com que as empresas que têm cá a sua sede social, tivessem necessariamente que pagar cá impostos ou uma parte dos impostos. No que diz respeito à questão da segurança rodoviária e ambiente, concorda porque podem poupar em tudo, menos nestas matérias, porque há questões que são básicas para o território e há questões que são básicas para as pessoas. Indica que vai verificar o sucedido relativamente a esta matéria, uma vez

que não tinha conhecimento da mesma. Afirma ainda relativamente a isto, a todos os Srs. Presidentes de Junta que sempre que surjam situações desta natureza, se dirijam à Câmara porque existe um dia (quinta-feira) para atendimento aos Srs. Presidentes de Junta; Apesar de serem matérias tratadas com o Sr. Vice – Presidente, não impede que sejam atendidos por qualquer um dos Membros do Executivo. Indica ainda que se por algum motivo não puderem ser atendidos, poderão marcar no GAP uma reunião porque estas questões são importantes e devem ser resolvidas atempadamente. No que diz respeito à intervenção do Membro Márcio Ribeiro, acerca dos duodécimos, esclarece que a intenção do Executivo, antes dos setenta mil euros que tiveram que pagar na mesma data em que tiveram que pagar a dobrar os vencimentos aos funcionários, como subsídio de férias, seria pagar nesta altura cerca de seis duodécimos a cada Junta de Freguesia; Porém como também não lhes foi canalizado o dinheiro necessário para o fazer, não conseguiram chegar a este objectivo, tendo dado ordens na contabilidade para pagarem até quatro duodécimos para todas as Juntas de Freguesia, tendo neste momento, todas as Juntas de Freguesia, no mínimo, quatro duodécimos, com ordem escrita e processados. Deseja que até ao final do ano, ao reporem as verbas em falta, possam cumprir com o que estava previsto transferir para os Srs. Presidentes de Junta, no entanto não o garante. O Executivo tem como prioridade cumprir com a totalidade das referidas transferências, acrescentando ainda que isto são previsões que pretendem cumprir escrupulosamente, mas não têm a certeza que o possam fazer, frisando que irão fazer todo o esforço para que tal se concretize até ao final do ano. Informa que quando transferiram para todas as Juntas de Freguesia a ordem de pagamento dos duodécimos, ronda os cerca de cem mil euros, indo empenhar-se para cumprir o estipulado. No que diz respeito ao IC5 e ao abastecimento de água, indica que não é do seu conhecimento que tenha havido qualquer pedido à Câmara para utilizarem a água da Barragem para eventualmente regar as estradas durante as obras que estão a decorrer. Esclarece que quem gere o abastecimento de água é a empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro e não acredita, que os problemas que surgiram no abastecimento de água, se devam a uma ou duas transferências para regar, porque essas situações têm sido frequentes e mesmo antes das obras, estes problemas já se verificavam. Refere que segundo o seu ponto de vista, está mais na forma como a água, depois de retirada da Barragem, é distribuída na sua rede, podendo ter existido algum



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

17
[Handwritten signature]

cálculo errado das Águas de Trás os Montes e Alto Douro relativamente à sua distribuição. No entanto solicita ao Sr. Vice-Presidente que posteriormente se pronuncie sobre esta matéria, assim como relativamente à questão da iluminação. Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta do Amieiro, no que concerne aos caminhos vicinais, indica que já no seu primeiro Mandato, houve uma fortíssima aposta nos caminhos vicinais na Freguesia do Amieiro, aposta essa que deve continuar. O Sr. Presidente de Junta afirmou que não tendo possibilidade de o fazer através da Câmara, contratou uma empresa particular, dada a urgência dos trabalhos, congratulando-se com essa medida porque a Câmara não tem capacidade para numa situação de, um dia para o outro, ocorrer a todas as solicitações. Não concorda que quando a máquina e os recursos humanos estão numa Freguesia, depois sejam desviados para outras Freguesias e não concluir o trabalho em nenhuma delas. No que diz respeito às obras no cruzeiro e ao convite efectuado, indica que desde que lhes seja possível, estarão presentes com todo o gosto. No que diz respeito aos javalis, a informação que o Sr. Presidente da Junta tem, não corresponde à verdade porque existe já um mecanismo na Autarquia, onde as pessoas que têm prejuízos, os apresentam no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local e mediante uma aferição dos prejuízos, a pessoa é ressarcida, no entanto o Sr. Vice-Presidente que trata dos assuntos relacionados com a caça, poderá também pronunciar-se sobre esta matéria. No que diz respeito à intervenção do Membro João Vilela, no que concerne ao encerramento de escolas, indica que não houve qualquer contradição. Relativamente à entrevista que deu e reafirma, pois também disse em Assembleia que a estratégia para não encerrar nenhuma escola este ano, teve a ver com, não pressionar a conclusão das obras do Pólo Escolar, de forma a estarem prontas no início do ano lectivo, porque sabiam que se assim fosse, o Ministério, obrigava-os a abrir e as escolas que estavam previstas encerrar na Carta Educativa, tinham mesmo que encerrar. Lembra que já na última Assembleia utilizaram dois argumentos para que assim não fosse: o primeiro, a reformulação das candidaturas dos Pólos Escolares para o máximo de 80%; o segundo, a candidatura aos aspectos tecnológicos e pedagógicos, que autonomizaram do Pólo para que mesmo que o edifício estivesse pronto, não estavam prontas as condições técnicas e pedagógicas para que naquele edifício pudessem leccionar. Lembra que na sua entrevista à RTP, afirmou que a intenção do Executivo, é que tudo fique pronto apenas no próximo ano lectivo, nas

uma vez mais não o podem garantir em termos absolutos; garantindo que estão a fazer tudo o que está ao alcance do Executivo para que a abertura do novo Pólo Escolar apenas ocorra no início do próximo ano lectivo. Acrescenta que esta foi uma estratégia conscientemente assumida pelo Município de Alijó, relativamente a esta matéria. No que diz respeito à Rádio Juventude Salesiana, esclarece que esta fez um protocolo com o Município que consistiu em cederem um espaço, que ainda estão a ocupar, no Pavilhão Gimnodesportivo, utilizaram também um espaço ao pé da ETA para colocarem a antena emissora e desde essa data que não tem conhecimento de qualquer alteração relativamente a essa matéria. Tem conhecimento que a Rádio Juventude Salesiana, está a expandir-se para outras áreas da Região, particularmente para a zona do Douro Sul. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Rogério Lima, no que concerne às Scut afirma-se contra a introdução das mesmas porque, no passado, quando esta matéria foi discutida ainda no tempo do Governo do Dr. Durão Barroso, o PSD na altura justificava a introdução do pagamento de portagens no Interior, com o princípio do utilizador – pagador. Indica que sempre afirmou que esse princípio podia ser aplicado na Região de Trás os Montes e Alto Douro, quando recuperassem o défice competitivo que tinham com o Litoral; aceitava que esse princípio fosse aplicado daqui a dez anos, porque foi o tempo que esperaram pelas Auto-Estradas e foi com os nossos impostos que elas foram construídas no Litoral. Frisa que não é a favor do princípio do utilizador – pagador, afirmando-se a favor do princípio da discriminação positiva para com as Regiões do Interior que depois de esperarem tantos anos, para ter uma auto-estrada condigna ou ter um itinerário complementar condigno, não é justo que pagassem o que os outros não pagaram durante todo este tempo. Dá o exemplo da Scut da Beira Interior, a chamada Auto-Estrada da Beira, que apesar de existir há muito tempo, nunca pagaram nada. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Vice – Presidente a fim de prestar alguns esclarecimentos: -----

-----**VICE-PRESIDENTE:** Inicia a sua intervenção focando a retirada de água da barragem por parte da empresa que anda a fazer o IC5, esclarecendo que teve o cuidado de falar com o engenheiro responsável pela obra, para saber se eles estavam autorizados por quem de direito, porque relativamente à tiragem da água, não pediram qualquer autorização à Câmara Municipal de



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

19
19

Alijó. No entanto, também não tinham que o fazer porque quem tutela a Água da Barragem é o Instituto Nacional da Água e quem está a utiliza-la são as Águas de Portugal. Foi informado que pediram autorização ao Instituto Nacional da Água, o qual respondeu positivamente. Informa que posteriormente falou directamente com o Director das Águas de Portugal de Vila Real, colocando-lhe esta questão, porque para já a barragem tinha muita água mas nada garantia que poderiam passar um ano sem chover. Informa ainda que obteve como resposta que iam tomar providências, não sabendo se efectivamente as tomaram ou não. A Câmara Municipal não tomou uma posição pública sobre esta questão, porque achou que não o devia fazer, porque na altura a barragem estava cheia e se tratava de um fornecimento para a execução de uma obra que passa dentro do Concelho de Alijó. Informou o Presidente das Águas de Portugal da situação uma vez que são os responsáveis, na expectativa de que tenham actuado. Relativamente à iluminação pública, no acesso à Ribalonga, esclarece que é uma situação que se vai passar em todas as Freguesias do Concelho de Alijó, dada a necessidade de pouparem dinheiro, não havendo qualquer motivo para que haja iluminação pública ligada, numa altura de crise, nas vias municipais, fora dos centros urbanos; isto porque são zonas apenas frequentadas de automóvel e não a pé. Aquilo que fizeram, não deram conhecimento absolutamente nenhum à Câmara e no Concelho de Alijó, todas as lâmpadas que estão fora das áreas urbanas serão brevemente desligadas, porque não se verifica a necessidade de estar a gastar dinheiro com esta iluminação. Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Amieiro, esclarece que a caça em Portugal está ordenada quase na sua totalidade, havendo apenas 1 ou 2 % de área territorial que não está ordenada. Na parte que está ordenada, 95% está entregue a Reservas de Caça Municipais, classe à qual pertence a Reserva de Caça Municipal de Alijó. Frisa que sente algum orgulho ao afirmar isto, porque a Reserva de Caça Municipal de Alijó, está no topo da gestão a nível Nacional das Reservas de Caça Municipais. Relativamente aos prejuízos causados pela caça, esclarece que a Lei obriga a entidade gestora das Reservas de Caça, a indemnizar os agricultores dessa despesa. Informa que no ano passado, só de prejuízos provocados pelo javali, pagou seis mil e quinhentos euros aos agricultores. Indica que se alguém do Amieiro se sentiu prejudicado com isso, foi porque não tratou da questão, dirigindo-se à Câmara, dizendo onde e que tipo de prejuízo que a caça lhe provocou, o pedido seria avaliado pelos serviços técnicos da

Câmara e seriam ressarcidos os prejuízos. Frisa que esta é uma informação para todos os Srs. Presidentes da Junta de Freguesia, pois a Câmara Municipal, como gestora da Reserva de Caça, é obrigada a indemnizar os agricultores dos prejuízos. Indica que isto é uma promessa do Executivo que estão a cumprir porque dão uma ajuda a todos os agricultores, no montante de duzentos euros por hectare de área de cereal semeada (centeio ou trigo), contribuindo desta forma para que haja mais caça e simultaneamente estão a beneficiar o agricultor, dando uma ajuda para o trabalho agrícola. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Refere que o Período Antes da Ordem do Dia se está a prolongar demasiado, tendo já pedido que fosse distribuída a Moção. Abre segunda ronda de inscrições, apelando ao poder de síntese, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** Informa que na qualidade de Membro da Assembleia Municipal, foi contactado por um Múncipe, na entrada para a presente sessão, o qual lhe relatou um facto estranho, ocorrido na Freguesia de Sanfins do Douro e praticado pela Sra. Presidente de Junta da sua função Autárquica. Relatou-lhe esse múncipe, que a Sra. Presidente de Junta de Freguesia, enquanto tal, pede aos múncipes da Freguesia de Sanfins do Douro, que entreguem no seu gabinete, receitas médicas para serem aviadas em farmácias pela Sra. Presidente de Junta. Acrescenta ainda que ao utilizar a função de Presidente de Junta, para beneficiar uma empresa privada, discriminando outras, é ilegal e configura um crime previsto no código penal. Em face do descrito, apela à Sra. Presidente de Junta de Sanfins do Douro, explique à Assembleia quais as razões que a levaram, no exercício da sua função, angariar receitas médicas, para favorecer uma farmácia, em detrimento de outras. -----

-----**MEMBRO FERNANDO QUINTAS:** Indica que surgiram algumas dúvidas sobre a data que anunciou sobre os eventos no Amieiro, esclarecendo que será na segunda semana de Dezembro, coincidindo com o dia de Sta. Luzia, mas será transferido para o fim-de-semana anterior. -----

-----**MEMBRO MARCO RODRIGUES:** Questiona qual o ponto de situação de melhoramento e ampliação do cais do Pinhão, onde parece haver apenas um opositor, a Câmara Municipal. Indica ainda que certamente não pretendem perder os barcos que atracam no cais, para atracar nos cais dos Concelhos vizinhos; a atracagem dos barcos deve ser uma mais-valia aproveitada pelo Município,



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

21
[Handwritten signature]

constituindo assim uma verdadeira política do turismo. Esta situação poderia ser uma alavanca à estratégia aplicada pela Junta de Freguesia do Castedo, para melhorarem e trazerem mais turistas para a Freguesia. Solicita um esclarecimento sobre qual o critério aplicado, para desligarem as luzes nos caminhos os nas zonas onde está previsto desligarem. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Solicita ao Sr. Presidente da Câmara um esclarecimento sobre o ponto de situação do PDM, uma vez que não tem andado com a “velocidade” que pretendiam, dado ser uma mola impulsadora do emprego no Concelho porque vai aumentar o nível de construções no Concelho, dinamizando-o e conduzindo ao bem-estar das pessoas. Relativamente à questão da Barragem, afirma que não retira uma alínea ao que foi dito, mas como a dita Barragem se situa na Freguesia de Vila Chã e é a que mais sofre com a retirada da água. Indica que teria sido desleixo da sua parte, se não se tivesse colocado no terreno para tratar deste assunto. Acrescenta ainda que relativamente à água, esta não é motivo de preocupação porque o Inverno foi bastante extenso, tendo a barragem atingido o seu limite, o que não acontecia há já vários anos. No entanto, não deixou de tomar providências, tendo ido falar com quem de direito, no que concerne ao IC5, tendo colocado o problema e obteve como resposta que nunca iriam tirar água da Barragem, sem uma autorização. Esclarece que na resposta obtida só não concordou quando lhe disseram e mostraram que tinham autorização para extrair água da Barragem, no entanto não foi informado dos m³/dia que podiam tirar, considerando que não foram muito “sérios”. Após esta situação, manteve-se atento à reserva de água e entende que até ao momento não é preocupante e têm continuado a retirar. Afirma que se entendesse que esta atitude iria provocar falta de água para os consumidores, já teria tomado providências no sentido de travar esta situação. Enquanto Presidente da Junta de Freguesia preocupa-o os estragos que os mesmos fazem naquele caminho, o qual foi aberto pela Junta de Freguesia, o qual se encontra muito deteriorado com a passagem dos camiões. Tem a garantia de que irão repor o caminho e que à semelhança de outros assuntos, que já tratou com os representantes da empresa Mota Engil, que irão cumprir, deixando-o até em melhores condições de circulação; o estradão que vai desde o cemitério de Vila Chã ao Alto de Carvalho II (perto de Vale de Mir) fizeram lá uma intervenção na ordem dos cem mil euros, levando-o assim a

concluir que a empresa está de boa fé e para além do trabalho que vão fazer do IC5, também colaboram com as aldeias circunvizinhas. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO BARROS:** A sua intervenção é no sentido de convidar todos os Membros da Assembleia a estarem presentes no próximo fim-de-semana no Festival das Aldeias Vinhateiras que se vai realizar em Favaios com o tema: “Pão e Vinho”. -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Concorda com a proposta apresentada pelo Membro António Fernandes, no que diz respeito à redução do número de folhas da Acta da Assembleia Municipal, dado que implica corte nas despesas e por tal motivo também optou por receber os seus documentos via e-mail. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara, afirmando que não ficou esclarecido relativamente ao montante dos acordos de pagamento, está incluído na dívida a fornecedores e qual a capacidade ou limite de endividamento do Município de Alijó. Relativamente ao Inquérito Semestral ou Relatório, entende os dados que o Sr. Presidente da Câmara lhes dá, mas nas seis Câmaras que estão, só a Câmara de Tabuaço é que tem uma dimensão idêntica à de Alijó; no entanto há Câmaras ainda mais pequenas que as de Alijó, como Sta. Marta de Penaguião, que é o “melhor pagador do Distrito de Vila Real”, pagando até três meses, há ainda outro mas superior a três meses que é a Câmara de Sabrosa, frisando que percebeu as informações do Sr. Presidente. Lembra que na última Assembleia levantou uma questão relativamente a um caminho na Freguesia de Sanfins do Douro, o caminho do “Alvébola”, tendo sido respondido pelo Sr. Presidente da Câmara que é um caminho pelo qual demonstra admiração, candidatado ao PRODOR no ano transacto e que as deficiências apontadas são provenientes de trovoadas do mercado Inverno ou de alguma parte que eventualmente não tenha sido concluída, em termos da própria obra. Tem conhecimento que uma das pessoas preocupada com o dito caminho, enviou já vários e-mails, aos quais não obteve resposta, tendo ainda feito uma queixa na Junta de Freguesia de Sanfins do Douro; enviou também vários e-mails para a Câmara dada a preocupação, sobretudo nesta época de vindima. Tem conhecimento que foi também já enviada documentação sobre este caminho a entidades superiores como o Sr. Governador Civil, ao Sr. Ministro das Obras Públicas, ao Sr. Ministro da Agricultura. Pensa que o Sr. Secretário de Estado da Administração Local o informou que era uma questão a tratar com a Câmara Municipal. Questiona o Sr. Presidente para saber qual o



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

MCA 23
f. 10

ponto de situação, porque segundo informações obtidas, nada foi resolvido. -----

-----**MEMBRO ANA SOUSA:** Informa que foi com imensa tristeza que ouviu um Membro da Assembleia, que não conhece a realidade da Freguesia de Sanfins do Douro, fazendo afirmações que não são verdadeiras. Indica que tal como é do conhecimento público, a farmácia de Sanfins fechou no dia 28 de Setembro, ficando assim sem qualquer farmácia. Esclarece que colocou um aviso que ajudaria todas as pessoas que necessitassem, que não tenham transporte, pessoas idosas, pessoas doentes, que viria com essas pessoas levantar a medicação ou viria ela própria fazer esse acto a uma farmácia qualquer e não à farmácia que os abandonou. Esclarece que o que faz, faz enquanto Presidente da Junta e para facilitar a vida das pessoas, particularmente os idosos e todos os que não têm transporte próprio, fazendo-o por solidariedade e até mesmo a pedido de alguns idosos. Esclarece ainda que após a entrega da receita na Junta de Freguesia, o levantamento dos medicamentos é feito na farmácia mais próxima. Acrescenta que enquanto Presidente de Junta não admite este tipo de acusação, o que considera abusivo e um insulto, pois considera-se uma pessoa digna e honesta, dois princípios que regulam o seu comportamento enquanto Presidente de Junta. No que diz respeito à questão do caminho “Alveloa”, informa que estão já no terreno, trabalhadores da Câmara a fazer as valetas. No que concerne à reclamação por escrito, apontada pelo Membro Pimentel, esclarece que nada tem a ver com esta questão. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** No que diz respeito à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, no que concerne ao PDM, tal como é do conhecimento de todos, é um processo excessivamente longo, em que no caso concreto do Concelho de Alijó, há cerca de 26 ou 27 entidades que têm que se pronunciar favoravelmente. O mesmo tem passado por diversas fases, estando na fase final dos aglomerados urbanos; é um processo que todos gostariam que ao mesmo se aplicasse o simplex, no entanto ainda não arranjam um simplex para este processo, porque é um conjunto de entidades que não vivem no Concelho, um conjunto de Institutos e Administrações Públicas, muitos deles situados em Lisboa, que demoram uma eternidade a analisar os processos; se dessem mais autonomia e confiassem mais nas Autarquias Locais e tivessem a

possibilidade de conjuntamente com a equipa da UTAD que está a fazer o PDM, para fazer uma audiência pública, onde cada um se pudesse expressar, talvez já o processo estivesse concluído. Esclarece que este problema não é uma originalidade do concelho de Alijó, passando-se o mesmo em todos os Concelhos da Região, pois não há nenhum que tenha o seu PDM revisto. Acrescenta ainda que alguns serviços da Câmara têm colaborado nesta questão, tendo a fé e convicção que no mais curto espaço de tempo, possam definitivamente ter o problema do PDM resolvido. Pretende ainda esclarecer um eventual equívoco, porque a revisão do PDM pode ajudar a resolver algumas situações decorrentes de PDM antigos, que são absurdas e que o novo PDM terá que resolver. No contexto actual, não acredita que o novo PDM, estimulará de uma forma acelerada a construção civil e de novas habitações. Também não acredita que quem tem que dar os pareceres finais, permitirá que se faça uma grande expansão da área urbana ou urbanizável, porque com a actual crise, hoje o problema no Concelho de Alijó, já não é não haver loteamentos para as pessoas construírem, o que não existe é capacidade financeira nem dos construtores civis, nem das pessoas a nível particular para construírem; no que diz respeito a colmatar estes problemas de injustiça, em que as pessoas têm o terreno e não podem construir, tendo que comprar terreno noutra lado, acredita que vai resolver uma série de problemas pendentes na área do Planeamento Urbanístico do Concelho de Alijó. Considera importante a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã porque a política de proximidade, muitas vezes, é a forma mais eficaz de resolver estes problemas. Indica que por experiência própria sabe que a Mota Engil tem procurado estabelecer uma relação de proximidade e acompanhamento dos assuntos até mais com os Srs. Presidentes de Junta do que com a Câmara. No que diz respeito à Junta de Freguesia de Favaios e Festival das Aldeias Vinhateiras, esta é mais uma medida para dar a conhecer os produtos locais, foi uma candidatura do Turismo do Douro, estando integrado dentro das Aldeias Vinhateiras que visa “vender” um novo produto turístico, articuladamente com as outras, algo que convinha que potenciassessem, porque o pão e o vinhos são os produtos por excelência da Freguesia. Agradece o convite e procurará estar presente. No que diz respeito à intervenção do Membro Pedro Pimentel, relativamente ao caminho do “Avélola”, obteve já uma explicação da Sra. Presidente de Junta de Sanfins do Douro, estando já o assunto a ser resolvido. No que diz respeito aos dados, que do ponto



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

25
fauhr

de vista do Membro Pedro Pimentel, não ficaram esclarecidos na sua primeira intervenção, refere que os dados solicitados, só lhos poderá fornecer com total objectividade aquando da Conta de Gerência porque existem algumas variáveis que não podem dominar; os dados que apresentou, são os dados que a contabilidade forneceu com total rigor e que pode para já fornecer relativamente a este assunto, porque ainda que estão em processo de negociação de alguma dívida ou com bancos e tudo isso tem a sua influência; acrescenta ainda que a capacidade de endividamento também tem a ver com o que pagam, se até ao final do ano conseguirem renegociar parte da dívida “mais grossa da obra pública” e tiver um escalonamento plurianual, automaticamente aumenta a capacidade. Não pode dar dados mais concretos porque estão a meio de um processo negocial. Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cotas, esclarece que a Câmara e a Junta de Freguesia do Pinhão, no que concerne a esta matéria, foram confrontados com um projecto do IPTM de “Transformações Locais”. Esclarece que tinham um projecto do cais e de toda a zona envolvente das duas margens do Rio Pinhão. A Câmara e a Junta têm uma posição de princípio sobre a dita intervenção, a qual consiste em quererem que ali continuem a coexistir os grandes barcos hotéis, que fazem a subida e descida do rio com os pequenos barcos que no fundo têm a ver com o negócio local. Informa que o que transmitiram ao IPTM bem como à CCDRN foi que esta situação tinha que ser salvaguardada, ou seja, não permitiam que fechassem o Pinhão à fluvina que tem a ver com o pequeno e médio negócio, que tem a ver com os próprios habitantes do Pinhão e fizessem tipo resort fechado, entregando-o apenas ao Douro Azul ou a qualquer outra empresa de grande porte no que diz respeito à utilização dos barcos hotéis. Acrescenta que lhe foi proposto fechar todo o horizonte do Pinhão, privando as pessoas do Pinhão e do Concelho de Alijó, usufruir da marginal do Pinhão e entrega-lo todo aos barcos hotéis. A única coisa que fazem até agora no Concelho de Alijó, é transportar as pessoas nas viagens do rio, não deixando um euro para o Concelho, deixando apenas lixo e desgraça ambiental, inclusive nas margens do rio. Relativamente ao rio e respectiva atracagem, não têm competência, mas têm no que diz respeito à reabilitação da margem e por isso opuseram-se e continuarão a opor-se, a que alguém tome conta da marginal do Pinhão, porque já não é a primeira vez que o interesse particular quis comprar o Pinhão; a mesma pessoa que era dona do Vintage House, apresentou a esta Autarquia um Plano de Pormenor em que

tudo que tem a ver com a marginal do Pinhão, era um resort fechado do Vintage House, o que foi recusado, porque acham que o povo do Pinhão tem direito a usufruir da margem e não pode ser apenas entregue a uma multinacional ou a uma grande empresa, porque têm que ter em conta os interesses conflituais em jogo e o pequeno e médio comércio é mais importante para o Pinhão e para o Concelho de Alijó do que os barcos hotéis. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** dá a palavra ao Membro Rogério Lima pelo facto de ter sido visado: -----

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** Agradece os esclarecimentos da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Sanfins do Douro, esclarecendo que a sua intervenção não foi para ofender a sua dignidade mas apenas para alertar no aspecto de fundir a função de Presidente da Junta/Autarca com o que o seu procedimento acarreta entre as empresas (farmácias) da Região. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Solicita ao Membro Rogério Lima, como proponente, que apresente a Moção: -----

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** Esclarece que a Moção em questão, tem a ver com a posição política da Assembleia para mostrar aos poderes públicos a indignação por esta injustiça de imporem portagens nas Scut desta Região. Indica que gostava de pegar nas palavras do Sr. Presidente da Câmara, que melhor do que a Coligação, fez a defesa da Moção ao dizer que era contra as portagens nas Scut. Esclarece que esta Bancada é contra as portagens nas Scut porque defende a discriminação positiva e só aceitam que venha esta Região a pagar o dito pagamento, daqui a dez ou quinze anos e não agora, enquanto não tiverem os índices de desenvolvimento iguais ao Litoral. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** Abre Período de Inscrições, para quem queira pronunciar-se sobre a Moção, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** A Bancada do Partido Socialista, inclusive o secretariado da Comissão Política, deve sentir-se bem porque o CDS/PP, também lê os artigos que os outros escrevem, mas não impede de ficarem perplexos que agarrem num texto e logo a seguir à informação aos órgãos da comunicação social, porque agarram numa afirmação política; frisa uma vez mais que ficou perplexo quando o CDS/PP agarra num assunto que o próprio Partido Socialista



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

M4
27
[Handwritten signature]

tomou a dianteira e o traz à Assembleia Municipal. Indica ainda que este terá afirmado: “o Governo vai cair”, perguntando como terá este a certeza de tal facto e com tanta convicção como se fosse o CDS/PP a tomar o Governo. Relativamente às Scut, lê um excerto: “ O PS de Alijó em reunião do Secretariado realizada a 28 de Julho, entre outros assuntos de interesse para o Concelho, também foi motivo de preocupação a análise da proposta do PSD referente ao utilizador pagador nas SCUT...Nós Socialistas, não entendemos oposição do PSD e do seu líder nacional, que também é transmontano, venha a defender ou mesmo impor o princípio “cego” e universal do utilizador pagador. Também gostaríamos de ver as estruturas do espectro político concelhio de Alijó, colocadas à nossa direita, PSD e CDS-PP defender, sem hesitações, os interesses da região, do Concelho e da nossa gente...defende determinantemente as SCUT enquanto esta região não alcançar os índices de riqueza e desenvolvimento do resto do país...somos contra a colocação de portagens nesta Região e defendemos a diferenciação positiva como forma de atrair investimento e desenvolvimento para esta Região.” Acrescenta que o Presidente da Federação também tomou esta posição em vários lugares. Faz ainda referência ao nome coligação “Todos Somos Alijó”, referindo que em sua opinião, gostaria mais de ver coligação, “Todos Somos de Alijó”. Lembra que na primeira reunião desta Assembleia deu entrada um requerimento a dizer que não queriam mais ser coligação, que iriam estar representados como uma estrutura, um Partido fora dessa coligação; no entanto agora podem constatar que aparecem novamente como coligação “Todos Somos Alijó”, perguntando se se apresentam como coligação ou como CDS/PP. Indica que não finaliza a sua intervenção sem fazer uma proposta da Bancada do PS, pois em dois parágrafos, concretamente no quarto parágrafo, onde diz: “Como as pretensões do Governo Socialista vão no sentido oposto aos princípios políticos que o Governo então anunciou, o Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS – Todos Somos (de) Alijó apresenta a seguinte Moção” e diria então, porque todos defendem o mesmo, “Como as pretensões do PSD, Partido da oposição, no sentido oposto aos princípios políticos que o Governo de então anunciou, os Membros da Assembleia Municipal de Alijó, irão votar favoravelmente a Moção; no nono parágrafo, onde se pode ler “Ora, tendo em atenção os considerandos acima aludidos o Grupo Municipal do PSD/CDS Todos Somos Alijó na Assembleia Municipal propõe...”, deveria ler-se “Ora tendo em atenção os considerandos acima aludidos os

Membros da Assembleia Municipal, propõem...”. Desta forma, se estiverem de acordo com estas duas ligeiras alterações, a Moção seria proposta a votação. Caso não concordem, poderá ser igualmente posta a votação e cada um votará como entender. Indica que esta não é uma crítica e como as pretensões do PSD, vão no sentido oposto aos princípios políticos que o Governo então anunciou, o Grupo Municipal da Coligação (onde deveria ler-se os Membros da Assembleia Municipal de Alijó) apresenta a seguinte Moção. Frisa que desta forma, a Moção é apresentada por todos os Membros da Assembleia Municipal porque todos defendem a mesma causa. -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Refere que relativamente questão da introdução de portagens nas Scut não há uma opinião convergente, porque qualquer dos presentes tem uma posição. Indica que não se afigura justo nem correcto que sejam os últimos a usufruir de auto-estradas ou de vias com perfil de auto-estrada e sejam os primeiros a ter de paga-las. A introdução de uma moratória para um prazo de dez anos ou de outro prazo idêntico em que ficariam isentos poderia ser considerada e dessa forma dariam consagração ao princípio discriminação positiva. Refere ainda que também não é justo que estradas como o IC19, a Via do Infante, a VCI, que têm perfil de auto-estrada, nunca tenham pago portagens e continuem a não pagar; há ainda a questão dos Portugueses do Interior serem agora e desde sempre onerados com o pagamento dos prejuízos de determinadas empresas, dando como exemplo o Metro do Porto, Metro de Lisboa, a Carris, entre outros. Por outro lado, a Auto-Estrada Transmontana, chamada a auto-estrada da coesão ou da justiça será bem-vinda, mas os moldes em que vai ser dada, será uma espécie de “presente envenenado”, porque é desde logo anunciado que existirão 14km que são as Variantes a Vila Real e Bragança, que serão “portajadas”. Indica que, de qualquer forma, conhecendo o actual Governo e a forma como tem a capacidade de “desdizer à tarde aquilo que disse ao meio-dia, que por sua vez tinha sido dito de manhã”, vai ter portagens. Acrescenta ainda que decorrem três princípios, a questão da universalidade, a qual tem que ser verdadeiramente universalidade, ou seja, não apenas as Scut devem pagar portagem, mas também todas as vias com perfil de auto-estrada de modo a que haja igualdade. Relativamente ao princípio do utilizador/pagador, deve funcionar não apenas para as Scut mas para todos os serviços públicos dentro da área dos transportes. Relativamente à consideração de um desconto ou de uma isenção que seja favorável a esta Região, em termos de



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

29
M
P

transportes, ao contrário de se preconizar este tipo de isenção ou desconto, para os utilizadores, deveriam considerar o tipo de utilização, nomeadamente actividades que tragam vantagem económica ou actividades que tenham um relevante carácter social, como os Bombeiros, a Protecção Civil, as ambulâncias, etc, poderiam ser considerados. Refere também que não é possível que haja um discurso de combate à desertificação e de apoio à interioridade e depois a prática dissentir daquilo que é a verborreia demagógica e que não apoia uma política de discriminação positiva, a favor das zonas mais desfavorecidas do País. Pergunta se será desta forma que defendem um País mais justo, mais homogéneo, mais simétrico, mais equilibrado, em que o que verdadeiramente acontece é que aqueles que estão, não deveriam estar e os que não estão, deveriam estar, em termos de pagamento. Acrescenta que se não compreenderem isto, não compreenderão aquilo que é o princípio da igualdade na sua vertente positiva. Pessoalmente defende que em nome do princípio da coesão e da solidariedade entre Regiões, de um Portugal mais justo, mais simétrico, mais equilibrado, que o Interior não seja mais uma vez onerado com portagens; muitas vezes, a força do poder ou o poder da força vão impor inexoravelmente portagens nas ditas Scut, devem então ser tidos em consideração os princípios que enunciou, de modo a que consigam alguma justiça. Relativamente à intervenção do Membro António Fernandes, indica que não apenas o Presidente do PSD é Transmontano mas também o Sr. Primeiro-Ministro e embora tenha partido do líder do PSD a proposta de alargar a todas as Scut o pagamento de portagens, não lhe consta que o Sr. Primeiro – Ministro nem o PS se tenham demarcado dessa posição, bem pelo contrário, que a acolheram de imediato e foram a reboque do PSD nessa matéria. Acrescenta que o PSD, quer o Distrital, quer o de Alijó, não são o PSD Nacional, pois não se “consideram um rebanho” pois possuem opinião própria. Relativamente ao trocadilho que fizeram com a coligação “Todos Somos Alijó” ou “Todos somos de Alijó”, demonstrando um certo “provincianismo que já não se usa”. ----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Indica que subscreve as declarações do Membro que o antecedeu, acrescentando que quem está no Governo do País, há cinco anos e meio, é o PS e o Sr. Eng. José Sócrates, assim como quem governa a Câmara de Alijó, é o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores e o PS. Indica ainda que o Sr. Presidente da Câmara de Alijó, por proposta de algumas coisas, apresentadas pelos Srs. Vereadores do PSD, quase sempre pela descida do IMI, da Derrama,

não aceita e acarreta politicamente essa responsabilidade, porque governa a Câmara e compete-lhe a ele como Presidente da Câmara e aos seus Vereadores do Executivo Socialista governar os destinos do Concelho de Alijó por quatro anos. Indica que agora é fácil, quer à Federação do Partido Socialista, o Sr. Eng. Rui Santos, quer ao PS do Concelho de Alijó, quer ao PS Nacional, quer ao PS de vários Concelhos deste País quererem agora, quererem fugir um pouco, no entanto, torna-se necessário dizer que quem implementou portagens nas Scut, foi p Governo do PS, liderado pelo Sr. Eng. José Sócrates; não é u Governo liderado pelo Dr. Pedro Passos Coelho, mas entende que também chegará o seu tempo porque a alternância Democrática é importante. Acrescenta que percebe que ao PS, sobretudo ao PS Nacional, agora, qualquer coisa os incomode, porque foi durante cinco anos, um gastar de dinheiros públicos, ao desbarato, como é do conhecimento de todos; percebe que no início do Mandato, há cinco anos, tenham prometido cento e cinquenta mil novos postos de trabalho, no entanto o desemprego atingiu em Portugal níveis que nunca aconteceram. Refere que hoje, sabe cada vez mais que o Governo do PS, para descer ao défice, precisa de subir mais aos impostos. Informa que é contra as portagens no interior do País e esse princípio podem ser todos os presentes contra esta medida e propõe que em vez de estarem a atribuir responsabilidades, deve ser feita uma Moção que dissesse sobretudo às pessoas (em Lisboa) e até aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, que a Assembleia Municipal de Alijó, é contra qualquer tipo de portagens nas suas Auto-Estradas ou nas Scut, no Interior do País, sobretudo no Distrito de Vila Real e de Bragança, o qual deverá ser um documento unânime nesta Assembleia Municipal de todas as Bancadas. -----

-----**MEMBRO ELIAS EIRAS:** Informa que apenas votará favoravelmente a Moção, tendo em vista que é um documento meramente político, se não houver qualquer apontamento, tal como vê na presente Moção, dirigido a ex governantes Socialistas. Acrescenta que concorda com a última parte da intervenção do Membro Pedro Pimentel, que seja a Assembleia Municipal de Alijó, em geral, porque também é contra as portagens porque o que ouve da Bancada da oposição, sobre o Governo, é só dizer mal e pergunta porque não pode a Bancada do PS fazer igualmente propostas. A mesma coligação PDS/CDS num momento tão difícil das finanças também trouxeram os submarinos e errar, todos erram; se a Moção for sem apontar qualquer nome partidário ou de ex governante, pelo



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

31

Concelho, vota favoravelmente. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, a fim de prestar alguns esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que podem, perante a Moção que foi proposta, ter duas atitudes: uma estritamente político-partidária e a Bancada do PSD tem a sua Moção e a Bancada do PS tem outra Moção e vota-a, o que vai enfraquecer o processo. Acrescenta que se estão de boa fé neste processo, se querem transmitir para o poder central, se querem tratar da questão com seriedade intelectual, se querem ser práticos, a passar uma mensagem para o poder central, não podem partidizar; ou a Moção é expurgada de qualquer conotação política – partidária e pode ser aceite por todos, sendo um Moção de defesa da Autarquia e do Território, pois é assim que tem que ser feito quando superiores interesses estão acima dos interesses político – partidários, achando que é este o caso. Lembra que já na altura em que era Deputado Municipal, defendia isto a propósito destas matérias, estando perfeitamente à vontade, é até um princípio de coerência. Frisa que terá que ser expurgado desta matéria, tendo sido esse o sentido da intervenção do Membro António Fernandes e todos podem votar e dar uma força enorme à reivindicação que já tinham feito quer em termos de Câmara, quer em termos de Comissão Política, quer nos contactos informais com o próprio Governo, fazendo-lhe ver que isto não era justo, não era correcto nem adequado a combater as assimetrias do País, ou então, entram numa chicana político – partidária e aproveitam para fazer um discurso, que embora não concordando, percebeu que foi uma oportunidade que a Bancada do PSD teve para fazer ataques ao Governo a propósito desta Moção, ficando de um lado o “A”, de outro lado o “B” e lutam por uma coisa que verdadeiramente não corresponde ao interesse em geral. Frisa que o interesse não tem a ver com as questões político – partidárias, tal como disse o Membro Pedro Pimentel. Neste País a Democracia funciona e a alternância Democrática é saudável, mas relativamente a esta matéria não pretende politizar o que não deve ser politizado, sobretudo do ponto de vista político-partidário; a seu ver, enchia-os de orgulho, dignidade e coerência perante outras posições que já afirmaram e já defenderam, com uma posição por unanimidade da Assembleia Municipal de Alijó, independentemente dos Partidos, ficando expurgada deste texto e o texto fica basicamente o da defesa do princípio da discriminação

positiva e de não aceitarem, após tantos anos, que agora venham cobrar portagens, após terem sido tanto tempo solidários para com o Litoral, chegando agora a vez do Litoral também ser solidário. Sugere que deve ser feito um texto simples e directo. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** Dá a palavra ao Membro António Fernandes após a ter solicitado: -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Lembra que referiu que o “Governo foi a reboque e mal” nesta situação e não noutras bem mais importantes para o Concelho tal como na saúde, na educação e no social algo de que a Bancada Socialista muito se orgulha. Pergunta ao Membro Márcio Ribeiro, em que se sentiu ofendido, porque na sua intervenção teve o cuidado de dizer que “para ele ficava melhor, Todos Somos de Alijó”, do que “Todos Somos Alijó”, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia só tinha que respeitar a sua opinião, não tendo que ser “grosso, prepotente nem deselegante porque também nunca foi assim para com nenhum dos Membros da Assembleia; indica que desculpa o referido Membro porque é uma atitude própria de quem acaba de chegar a Presidente de Junta. Finaliza afirmando que “provinciano” é o referido Presidente de Junta, justamente por acabar de chegar às ditas funções. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** dá a palavra ao Membro Márcio Ribeiro, após a ter solicitado, para defesa da sua honra, solicitando que expurguem certos termos das suas intervenções: -----


-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Informa que não responde a provocações, com provocações e o humor é um sinal de inteligência. Relembra que o Membro António Fernandes, em anteriores sessões da Assembleia utilizou palavras deselegantes para consigo, nomeadamente numa situação em que referindo-se ao tom com que falava, disse que “parecia um padre”, tendo levado esta afirmação à conta do humor. Acrescenta que compreende as palavras inflamadas do Sr. Presidente de Junta e o humor é um sinal de inteligência. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** dada a proposta formulada e a intervenção do Membro Pedro Pimentel, indica que terá que terá que questionar os proponentes da proposta, se aceitam a sugestão de poderem em conjunto, as duas Bancadas, fazerem uma proposta conjunta, que possa ir de encontro à vontade de todos os Membros da Assembleia Municipal. Em caso afirmativo propõe um pequeno intervalo para fazerem a Moção. Dá a palavra ao Membro Rogério Lima a fim de se



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

 33

manifestar: -----

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** Solicita que seja feito um pequeno intervalo para que possam decidir a questão em discussão. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA:** Reinicia os trabalhos após o intervalo, apresentando a nova Moção formulada, a qual lê e se transcreve na íntegra: “Considerando que: O Governo pretende a partir de Abril/2011 cobrar portagens nas Scut que servem a Região e na A-4 em construção (Auto Estrada da Coesão), sobrecarregando as pessoas e as empresas com mais despesas nas deslocações de e para o Município de Alijó; a introdução de portagens vai contribuir para agravar as assimetrias ainda mais entre o concelho e o litoral; O Município de Alijó e os seus munícipes sentem isso, mais o peso da interioridade, já que, não possuem alternativas rodoviárias condignas e rápidas na deslocação a Vila Real e aos concelhos vizinhos, para além das Scut e da A-4; A partir de 2012, o Governo acaba com os descontos e isenções, logo todas as pessoas e empresas vão ser portajadas, onerando-as com mais uma taxa injusta e geradora de criar pobreza no concelho; Ora, tendo em atenção os considerandos acima aludidos, a Assembleia Municipal de Alijó, reunida em 29 de Setembro de 2010, propõe: um voto de protesto contra a introdução de portagens nas Scut que servem o concelho de Alijó e a região. Que esta moção seja enviada ao Sr. Primeiro – Ministro das obras Públicas, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e em especial aos Sr.(s) Deputados eleitos pelo Círculo de Vila Real, afim de todos intercederem junto do Governo de forma a assegurar a não aplicação de portagens na Região que agravariam ainda mais as assimetrias entre o nosso concelho e o litoral do País.” Coloca a votação a Moção, sendo aprovada por unanimidade com 36 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** dá início à Ordem de Trabalhos, introduzindo o *Ponto Um* ” *Exposição do Senhor Presidente da Câmara*” (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Junho (segunda quinzena), Julho, Agosto e Setembro

(primeira quinzena) de 2010. **1 – Situação Financeira da Autarquia:** À data da presente informação, o Município de Alijó, tem uma dívida a fornecedores, na ordem dos 7,6 milhões de euros. Da dívida actual, 40% respeita a fornecedores correntes, e cerca de 60% respeita a fornecedores de imobilizado (investimento). De salientar que a execução do plano de saneamento financeiro, aprovado por esta Assembleia Municipal, não se encontra executado a 100%. Relativamente aos empréstimos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais. No que respeita a dívida a entidades financeiras, resultantes de acordos de pagamento entre o Município e os empreiteiros, provenientes de acordos de factoring celebrados pelos empreiteiros, está a ser paga mensalmente de acordo com os planos de pagamento. **2 – Actividade do Município: a – Actividade administrativa e de prestação de serviços** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva a – Actividade cultural Biblioteca Municipal**

| <u>Mês</u> | <u>Leitores inscritos</u> | <u>Livros requisitados</u> |
|---------------|---------------------------|----------------------------|
| Junho / Julho | 17 | 421 |
| Agosto | 5 | 260 |
| Setembro | 1 | 142 |

Biblioteca Itinerante

| <u>Mês</u> | <u>Livros requisitados</u> |
|------------|----------------------------|
|------------|----------------------------|



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date:
35

| | |
|---------------|-----|
| Junho / Julho | 129 |
| Agosto | 0 |
| Setembro | 0 |

Actividades Realizadas: · “Nós vamos lá!”, leitura ao domicílio. Participação de 43 idosos. Lançamento de Um Livro “Os meus Contos” de Maria Teresa Garcia. Com a Presença de 28 pessoas; · Projecto Oficina de Dança, “Nas linhas do Corpo”. Participação de 11 Crianças. Auditório Municipal: Acções Pagas

| Título | Tipo | Sessões | Bilhetes Vendidos |
|--|--------|---------|-------------------|
| Junho | | | |
| Rebista à Moda do Porto | Teatro | 1 | 198 |
| Green Zone: Combate pela Verdade | Filme | 2 | 32 |
| Como Treinares o Teu Dragão | Filme | 2 | 57 |
| Homem de Ferro 2 | Filme | 3 | 38 |
| Príncipe da Pérsia: As Areias do Tempo | Filme | 3 | 54 |
| Julho | | | |
| Robin Hood | Filme | 3 | 35 |
| Setembro | | | |
| A Saga Twilight: Eclipse | Filme | 3 | 70 |
| Eu, Manuel Inácio, Quero ser Santo! | Teatro | 1 | 82 |
| Shrek para Sempre | Filme | 2 | 68 |
| Dia e Noite | Filme | 3 | 45 |

Acções Gratuitas

| Título | Tipo | Sessões | Bilhetes Vendidos |
|--------|------|---------|-------------------|
|--------|------|---------|-------------------|

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

| Junho | | | |
|---|----------|---|----|
| Educação para a Literacia Mediática no Mundo Actual – Centro de Gestão Agrícola / Consultua | Colóquio | 1 | 50 |
| Festa de Fim de Ano da Pré-Escola de Alijó | Festa | 1 | 70 |

Espaço Internet: Junho, 1468 utilizadores, Média de idades: 18 - Julho: 968 utilizadores, Média de idades: 21,2; Agosto: 1160 utilizadores, Média de idades: 23 - Setembro: 460 utilizadores, Média de idades: 22,3 b – Actividade desportiva: Actividades de Carácter Contínuo: Escola de Natação – continuação das actividades da Escola, que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos), que se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Aademia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step e Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico e a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizar uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente. Actividades de Academia – Aulas de Pilates, dirigidas a todas as faixas etárias, e para todos os amantes do movimento/ Relaxamento. Desta forma podemos alargar a oferta da prática de actividade física “indoor”. Escola de Patinagem e Hóquei em Patins – Implementação de duas novas modalidades, de forma a diversificar a oferta desportiva. Pretendemos desta forma, iniciar a formação de jovens patinadores de forma a fornecer atletas à secção de Hóquei em Patins ao clube ABC. -Piscinas Municipais: Entradas no Complexo para utilização da Piscina - Junho

| Entidade/Escola | Nº de Entradas |
|--------------------------------|----------------|
| Escola de Natação | 467 |
| Escolas 1º ciclo e outras | 188 |
| Escolas E.B. 2, 3 e Secundária | 204 |
| Lazer | 250 |
| Aeróbica | 31 |
| Hidroginástica | 251 |
| Boccia | 7 |
| Pilates | 65 |
| Ballet | 69 |



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

37
[Handwritten signature]

| | |
|--------------|-------------|
| PumPit | 73 |
| TOTAL | 1605 |

Julho

| | |
|-------------------|----------------|
| Entradas de Verão | Nº de Entradas |
| Lazer | 5428 |
| TOTAL | 5428 |

Agosto

| | |
|-------------------|----------------|
| Entradas de Verão | Nº de Entradas |
| Lazer | 7595 |
| TOTAL | 7595 |

Setembro

| | |
|-------------------|----------------|
| Entradas de Verão | Nº de Entradas |
| Lazer | 289 |
| TOTAL | 289 |

-Pavilhão Municipal: Entradas no Complexo para utilização do Pavilhão: Junho

| Entidade/Escola | Nº de Entradas |
|------------------|----------------|
| Escolas | 2124 |
| A. Marciais | ----- |
| Patinagem | ----- |
| Hóquei em Patins | ----- |
| Basquetebol | ----- |
| Futsal | ----- |
| TOTAL | 2124 |

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica: Tendo como principal finalidade promover uma política de proximidade entre os Municípios e a Câmara Municipal, procurando minorar os problemas encontrados por estes no dia-a-dia, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm por objectivo procurar ultrapassar as dificuldades colocadas pelas pessoas que os procuram. As intermediárias desenvolvem diversas actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, IFADAP, INGA, ADSE, Ministério das Finanças, Centro Nacional de Eleições, Centro Nacional de Pensões, Segurança

Social, DG Veterinária, Ministério da Saúde, Inspeção-geral do trabalho, seguradoras, bancos, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. A pesquisa e navegação na Internet continua a ser uma das actividades mais requisitadas, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os Gac, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. Colocação de informações no Sítio da Câmara. Alguns Números:

| GAC | JUNHO | JULHO | AGOSTO |
|------------------|-------|--------|--------|
| CARLÃO | 650 | 783 | |
| PINHÃO | 888 | 1273 | 1035 |
| SANFINS DO DOURO | 1048 | 1373 * | * |
| VILAR DE MAÇADA | 990 | 981 | 589 |


* Encontra-se em Licença de Parto

De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez. d – Posto de Turismo: Junho - Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e um portugueses, seis ingleses, dois espanhóis, dois alemães, dois dinamarqueses, um suíço, quatro romenos, dois canadianos, dois austríacos, três holandeses, dois sul africanos, cinco brasileiros e dois belgas. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Julho: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de sessenta e três portugueses, sete ingleses, quarenta e seis franceses, vinte e quatro espanhóis, quatro alemães, quatro italianos, quatro suíços, dois canadianos, quatro norte americanos, três holandeses, dois irlandeses, dezassete brasileiros e dez belgas. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Agosto: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de duzentos e três portugueses, dez ingleses, noventa e três franceses, quarenta e quatro espanhóis, oito alemães, cinco italianos, um indiano, dois canadianos, um norte americano, onze holandeses, um japonês, quatro brasileiros, cinco belgas e dezanove emigrantes. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Setembro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e oito portugueses, oito ingleses, quatro franceses, sete espanhóis, três alemães, dois irlandeses, dois polacos, dois sul africanos, três brasileiros, quatro belgas, um moçambicano e um emigrante. Prestação de informação turística documental a entidades várias. e – Gabinete de Arqueologia: A presente exposição descreve as actividades fundamentais levadas a cabo pelo Gabinete de Arqueologia no trimestre Julho, Agosto e Setembro. Na mesma,



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

 39

integram-se todas as acções de preservação, valorização, protecção e divulgação do património cultural, executadas no âmbito do interesse cultural relevante para o concelho de Alijó. O interesse cultural relevante engloba, designadamente, o histórico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social ou técnico. Acções fundamentais do Gabinete de Arqueologia: Continuação da execução do projecto intitulado de “Comemoração do Centenário da República” com apresentação marcada para o mês de Novembro, através de uma exposição alargada aos diversos edifícios municipais; Recolha de informação textual e gráfica concelhia, tendo em vista a elaboração de uma nova brochura/guia turístico para o posto de turismo. A respectiva informação foi posteriormente inserida no guia turístico por uma empresa especializada pela impressão, divulgação e distribuição destas brochuras turísticas por outros concelhos inclusive; Acompanhamento arqueológico da remoção e renovação do telhado do Santuário do Sr. de Perafita, pertencente à freguesia de Vila Verde. A igreja e sacristia ficaram a cargo de uma empresa de construção civil que foi devidamente alertada e acompanhada ao longo de todo o trabalho de remoção e reposição da cobertura (telhado); Acompanhamento arqueológico do restauro do edifício anexo à igreja e sacristia da Senhora da Boa Morte, situada na freguesia do Pópulo. Foi removida toda a cobertura existente (antiga) e foram colocadas novas vigas de suporte em cimento, conjugado com bloco, sendo posteriormente fixado o respectivo telhado. A opção pelas vigas e bloco em cimento prendeu-se com a própria infra-estrutura de carácter mais recente, descontextualizada do edifício principal pertencente ao século XVII e também devido aos problemas registados, nomeadamente infiltrações de água e humidade; Acompanhamento arqueológico dos trabalhos de execução da nova via do IC5, nomeadamente entra a freguesia de Carlão e Caldas de Carlão. Identificação prévia de uma alminha que se encontrava na margem limítrofe direita da nova via. Foram tomadas medidas urgentes tendo em vista a remoção da mesma para local seguro até à finalização dos trabalhos. A “alminha” supracitada foi deslocada com toda a segurança para a Freguesia de Carlão, ficando a mesma disposta em local seguro e acordado anteriormente com a Presidente da Junta de Freguesia de Carlão; Participação na organização do evento cultural designado de “Quintas à Noite” que decorreu em Alijó entre os dias 1 de Julho e 5 de Agosto. No dia 8 de Julho recebemos os participantes do “Festival Internacional de Folclore”, através de uma visita guiada ao longo do dia pelo concelho de Alijó. Preparação da divulgação da prova de orientação nocturna e urbana em Alijó de dia 22 de Julho, através da execução gráfica de flyers; Acompanhamento técnico na colocação do painel explicativo elaborado pela empresa de arqueologia (Arqueohoje, Lda.), junto às imediações do povoado fortificado do Pópulo propriamente dito; Fornecimento de informação turística e patrimonial sobre o concelho de Alijó com vista à publicação de um guia sobre os concelhos de Portugal pelo jornal “Semanário Expresso”; No âmbito das comemorações do centenário da república em parceria com a Movijovem, o Município de Alijó nos dias 14, 15 e 16 de Setembro recebeu cerca de 100 jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos de diversos locais a nível nacional (Intra-Rail RTP 2010 – Comemoração do Centenário da República). Concepção e execução de visitas técnicas e pedagógicas guiadas a este grupo de jovens interessados em conhecer o passado histórico e arqueológico concelhio. De destacar que este evento foi totalmente coberto pela Rádio Televisão Portuguesa; Divulgação de eventos de âmbito

cultural e histórico através da criação de uma Newsletter com periodicidade mensal. Esta Newsletter, além de ser enviada por correio electrónico, pode ser ainda consultada e visualizada na página do Município especificamente dedicada à Arqueologia, em <http://arqueologia.cm-alijo.pt/>; Recolha de informação de índole patrimonial, facultando o seu acesso tanto aos cidadãos (Ex: alunos de mestrado; estudantes) assim como organismos interessados, como as organizações específicas que tutelam o património no nosso País; Dinamização do património histórico e arqueológico concelhio, mediante a continuação da aplicação de mini-projectos: - Actualização contínua da página da Internet, especificamente dedicada à Arqueologia; - Divulgação mensal do património arqueológico concelhio, através da Agenda Municipal e da Newsletter (todos os meses o Município de Alijó dá a conhecer diversos elementos iconográficos e informativos sobre diferentes arqueossítios); - Colaboração com os Presidentes de Junta de Freguesia, tendo em vista a promoção de iniciativas relacionadas com o património local. **c – Obras e Intervenções Municipais** * Reparação de rupturas de água; * Desentupimento de saneamentos, fontanários, ribeiros e limpeza de nascentes; * Limpeza de mato, jardins, estradas, ruas, caminhos, aterros, lixeiras e fossas sépticas; * Colocação de caixas para recolha de águas pluviais; * Trabalhos de manutenção em várias escolas do concelho; *Trabalhos vários no Posto da GNR de Alijó; * Trabalhos de manutenção no complexo das Piscinas Municipais; *Trabalhos vários em estradas e passeios; * Trabalhos de manutenção no Pavilhão Gimnodesportivo de Alijó; * Colocação de tampas de saneamento; * Trabalhos de manutenção em Bairros Sociais do Concelho; * Montagem e desmontagem de palcos, stands, barracas e estrados para diversas festas do concelho; * Trabalhos de manutenção de Igrejas e Capelas do Concelho; - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** Prestação de Serviços para a Realização de Análises de Águas Residuais – Adjudicada; Pavimentação e Arruamentos no Concelho – Vale de Mendiz – Largo da Igreja – Adjudicada; Requalificação de Recreios/Espaços de Lazer do Pré-Escolar EB1 do Concelho – Adjudicada; Construção de Balneários nos Polivalentes do Concelho (Sanfins do Douro) – Adjudicada; Edifícios Escolares, Conservação e Reparação (Ensino Pré-Primário em Sanfins do Douro) – Em concurso; Ampliação, Conservação e Reparação das Redes de Saneamento - Carlão – Adjudicada; Sistema de Microgeração para os Edifícios – Biblioteca e Paços do Concelho – Em concurso; Eliminação e Limpeza de Lixeiras e Montueiras no Concelho – Em concurso. d – Acção Social: Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psicossocial; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (atendimento, acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); Apoio a Idosos e Deficientes - Abertura de um Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência, no âmbito do Protocolo entre o Instituto Nacional para a Reabilitação e o Município de Alijó - Ajudas Técnicas - dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solieitados, tais como, cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. - Encontram-se emprestadas 28 camas hospitalares: de Junho até ao momento foram emprestadas 2 camas (Vila Chã, Sanfins do Douro) - Encontram-se emprestadas 24 cadeiras -



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
41

Encontra-se emprestado 1 colchão anti-escaras - Serviço de informação e Mediação da Pessoa Portadora de Deficiência – SIM-PD - levantamento dos deficientes do concelho com o objectivo de proceder a um estudo da situação socioeconómica e familiar dos mesmos de forma a planificar respostas mais adequadas aos mesmos. Habitação: - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos: Transitam de 2009 – 47, N.º de processos entrados em 2010 – 13, N.º de processos aprovados em 2010 – 6 (Carlão, Vilar de Maçada, Pópulo, Alijó) - Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; - Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação: - Programa “Solarh”, N.º de processos entrados total – 63, N.º de processos aprovados – 28 (3 desistiram após aprovação) N.º de processos a aguardar aprovação – 1N.º de processos a aguardar parecer técnico da Câmara – 0, N.º de processos indeferidos – 11, N.º de desistências – 23. Projectos de Intervenção Comunitária: - Programa - Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS). Este projecto é de âmbito supra concelhio e abrange o território dos três Concelhos referenciados, sendo a Associação Douro Histórico a entidade Coordenadora e Executora do mesmo. O Plano de Acção foi elaborado por um grupo de trabalho constituído por elementos do Núcleo Executivo da Rede Social dos respectivos Concelhos. Acções desenvolvidas: - Preparação da criação do Banco Local de Voluntariado - Implementação do Jogo do Boccia em todas as IPSS Do Concelho; - Implementação de Ginástica Geriátrica em todas as IPSS do Concelho; - Preparação e implementação da actividade para os idosos WEB-ITINERANTE. Esta actividade pretende levar as novas tecnologias aos idosos e será implementada em todas as freguesias do Concelho; Rede Social: - Aprovação da reformulação do Diagnóstico Social do Concelho. Gabinete de Inserção Profissional – GIP

| ACTIVIDADES | OBJECTIVOS |
|---|------------------|
| Realização de sessões de técnicas de procura de emprego | 10 Sessões |
| Realização de sessões de informação escolar e profissional para jovens e adultos desempregados | 81 Participantes |
| Realização de contactos com empresários da iniciativa do animador | 50 Contactos |
| Visitas a Empresas | 5 Visitas |
| Captação de ofertas de emprego | 13 Ofertas |
| Encaminhamentos para qualificação profissional, estágios, colocação e outras medidas de apoio ao emprego, à empregabilidade e ao empreendedorismo | 44 Utentes |

b - Educação: - Candidatura ao Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 1º CEB (Actividade Física, Ensino de Inglês e Desportiva e Ensino da Música para todos os anos de escolaridade); - Transferência de verbas para Agrupamentos de Escolas para material didáctico e material de desgaste; -

Disponibilização de pessoal não docente para os estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º CEB do concelho (auxiliares de acção educativa para estabelecimentos de ensino e auxiliares para apoio à Componente de Apoio à Família, Programa de Generalização de Refeições Escolares e Programa de actividades de Enriquecimento Curricular); - Fornecimento de refeições escolares em todas as Escolas do 1º CEB;- Preparação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) nos Jardins-de-infância do concelho; - Gratuitidade da componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins-de-infância do concelho; - Implementação do sistema de Acção Social Escolar para apoios económicos à alimentação e manuais escolares no 1º CEB e refeições escolares da Educação Pré-Escolar; - Gratuitidade dos transportes escolares para todos os níveis de ensino; - Cedência de transporte para visitas de estudo para alunos de todos os estabelecimentos de ensino; - Transporte de pessoas com necessidades educativas especiais para instituições especializadas fora do concelho (Vila Real e Sabrosa); - Cedência de transporte a várias instituições do concelho (de carácter social, cultural e desportivo); - Colaboração com projectos de intervenção social que promovem actividade para crianças e jovens; - Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia para suporte de despesas de manutenção, limpeza, lenha ou outro tipo; - Distribuição de produtos de limpeza em estabelecimentos de ensino de freguesias com as quais não foi estabelecido Protocolo de cooperação; - Assistência técnica ao material informático e de outro tipo instalado nos estabelecimentos de ensino do concelho; - Continuação das obras de construção do Centro Escolar de Alijó; - Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; - Apoio e colaboração na dinamização de actividades direccionadas a crianças e jovens; - Limpeza e desinfestação de edifícios escolares e áreas circundantes; - Manutenção de sistemas de aquecimento nos estabelecimentos de ensino e distribuição de briquetes; c – Saúde Pública: - Inspecção do peseado freseo vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; - Inspecção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Campanha de vacinação anti-rábica em época normal, com deslocação a todas as localidades do concelho; - Emissão de guias de trânsito para deslocação entre explorações de equinos, e para deslocação de ovinos e caprinos entre exploração e matadouro; - Avaliação de projectos e vistoria prévia de estabelecimentos de venda e/ou manufactura de produtos alimentares, para posterior emissão de Licença de Utilização Camarária, com emissão de parecer; - Avaliação de queixas de insalubridade envolvendo animais; -Coordenação semanal com o canil Intermunicipal de Vila Real, para programação e execução de capturas de canídeos errantes no concelho de Alijó; -Colaboração com a GNR de Alijó na resolução de problemas envolvendo animais e actividades ilícitas de abate de bovinos; - Presença no VII Concurso Pecuário em honra de N.ª Sra. da Boa Morte, na freguesia do Pópulo, no dia 4 de Setembro de 2010, na qualidade de júri de admissão dos animais



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

43

ao concurso; -Distribuição pelas juntas de freguesia, que assim o solicitaram, de produto para desinfestação contra pulgas, carraças, moscas e mosquitos; e – **Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local**

| Área de Intervenção | Participantes | Objectivos | Forma de Intervenção |
|--|--|--|---|
| Concelho de Alijó Sector Agro-Industrial - Produção de vinhos comuns e licorosos | . GADL; . Promotores. | Acompanhamento de 1 processo de adaptação ao novo regime de exercício da actividade industrial de acordo com o D.L.n.º209/2008 | . Análise do processo: - registo e regularização do licenciamento industrial tipo 3 . Introdução/Registo do processo na plataforma do REAI (regime de exercício da actividade industrial); |
| Concelho de Alijó – Alijó Sector Agrícola /Ambiente - Registo de Recursos Hídricos | . GADL; . Agricultores. | Orientação dos agricultores sobre o registo dos recursos hídricos (obrigatoriedade ou não, dependendo da capacidade de cada recurso) Elaboração de processos de registo de fossas, com obrigatoriedade de registo | . Informação directa aos agricultores, que solicitaram apoio, bem como elaboração de processos de registo efectuados no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local, até 15 de Setembro de 2010. |
| Concelho de Alijó – Alijó Sector/Turismo | . GADL; . Promotor | Informação sobre o novo Regime Jurídico de Instalação, Exploração e Funcionamento de Empreendimentos Turísticos; | . Reunião de trabalho com o promotor para informação e esclarecimento sobre todos os passos a seguir para classificação de um empreendimento turístico. |
| Concelho de Alijó Empreendedorismo | . GADL; . CCDR-Norte; . IAPMEI; . IEFP; . DREN; . UTAD; . IPB; . NERVIR; . NERBA; . Associações Comerciais e Industriais; . Associações de Desenvolvimento Local | . Capacitar o GADL para participar de forma concertada e em rede no apoio ao desenvolvimento do empreendedorismo no Douro. | . Participação em acções de formação com o objectivo de informar, aconselhar, orientar e acompanhar empreendedores com objectivo de lançamento de novos negócios ou transformação de ideias de negócio em projectos viáveis. |
| Concelho de Alijó – Alijó Empreendedorismo Social | . GADL; . Equipa do IES | . Resolução de problemas sociais em função do impacto social alcançado. . Levantamento e perspectivas na região | . Reuniões de trabalho |
| Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA- Proc. DGRF n.º 2596) | . GADL; . Guarda-florestal Auxiliar; . Conselho Cinegético; . DGRF; . Juntas de Freguesia. . Entidade Turismo Douro | . Melhorar a Gestão da ZCMA. | . Fornecimento de dados/inventariação das actividades cinegéticas e piscícolas no Concelho; . Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados; |

| | | | |
|---|---|--|---|
| | | | <ul style="list-style-type: none"> . Avaliação periódica do estado de comedouros instalados e bebedouros naturais; . Foram efectuadas acções de profilaxia sanitária no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA; . Divulgação através do Site do Município de toda informação necessária para o exercício da Caça na ZCMA, para época venatória 2010/2011, tal como informação sobre o resultado do sorteio e a respectivas listas dos caçadores admitidos e excluídos para a Época Venatória 2010/2011; . Análise/Avaliação dos resultados de gestão cinegética nas 3 últimas épocas venatórias e sua divulgação através do site da ZCMA; . Serviço administrativo da ZCMA:- emissão das autorizações especiais de caça; - requerimentos para renovação de carta de caçador, requerimentos para exame da carta de caçador e recebimento de requerimentos para pedidos de indemnização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas; . Tratamento e envio de correspondência ao caçador; . Fiscalização da ZCMA; . Vistorias para decisão dos pedidos de indemnização e recomendação de medidas preventivas; . Acções com vista à correcção da predacção na ZCMA; . Elaboração dos processos de levantamento de todas as áreas de alimentação (sementeiras) e atribuição do incentivo de acordo com o regulamentado pela CMA; |
| Concelho de Alijó (Sector Pesca – Zona de Concessão da Albufeira de Vila Chã Alvará n.º206/2008) | <ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Guarda-florestal Auxiliar; | . Melhorar a Gestão da Concessão de Pesca da Albufeira de Vila Chã | <ul style="list-style-type: none"> . Serviço administrativo da Concessão de Pesca; . Emissão de autorizações diárias para pescar na Albufeira de Vila Chã; . Conclusão do processo documental da candidatura ao PRODOR, na Acção – “Gestão Multifuncional ” – Projecto |



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

45
[Handwritten signature]

| | | | |
|---|-----------------------------|--|--|
| | | | aprovado para requalificação da área de pesca concessionada. |
| Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI | . GADL; . GTF; . COM. | . Coordenar as acções de Serviço Municipal de Protecção Civil em alertas amarelo e laranja, segundo avisos do CDOS e IM. | . Acompanhamento de todas as ocorrências no Concelho de Alijó e nos Concelhos limítrofes. |
| Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI | . COM; . GTF; . GADL. | . Programa Voluntariado Jovem para as Florestas 2010. | . Acompanhamento e desenvolvimento de várias actividades relacionadas com a prevenção e protecção da floresta contra incêndios com os 22 jovens distribuídos pelo Concelho de Alijó, no Programa Voluntariado Jovem para as Florestas para 2010. |
| Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI | . GTF; . GADL; . COM. | . Informação das medidas a vigorar durante o Período Crítico (1 de Julho a 15 de Outubro 2010). | . Distribuição e divulgação da Portaria que define o Período Crítico, bem como elaboração de avisos com as medidas que a vigorar durante o Período Crítico. |
| Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI | . GADL; . GTF; . COM. | . Conselhos sobre queimas e queimadas aos proprietários. | . Aconselhamento, de forma permanente, das medidas preventivas a seguir durante a execução de queimas e queimadas. |
| Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) | . GTF, COM. | . Contra-ordenações queimas e queimadas. | . Emissão de parecer sobre autos de notícia referentes a queimas e queimadas de acordo com o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro. |

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

| | | | |
|--|---|---|--|
| Sector Florestal – PMDFCI | | | |
| Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI | . COM; . GTF; . GADL. | . Coordenar as acções de Combate aos Incêndios Florestais. | . Acompanhamento, coordenação e apoio logístico de todos os meios envolvidos nos teatros de operações dos Incêndios Florestais ocorridos nas Freguesias de Carlão, Santa Eugénia, Pegarinhos, Amieiro, Vila Verde e Pópulo |
| Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI | . COM; . GTF; . GADL. | . Marcação da área ardida. | . Levantamento e marcação em gabinete da área ardida no Concelho de Alijó. |
| Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI | . GADL; . GTF; . COM. | . Esclarecimento sobre o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro que estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. | . Defesa de pessoas e bens, redes secundárias de faixas de gestão de combustível, interpretação do decreto-lei. |
| Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI | . GADL; . GTF; . COM. | . Cumprimento da legislação – licenciamento de fogo-de-artifício. | . Elaboração de plantas de localização para lançamento de Fogo-de-artifício. |
| Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI | . 2.º CODIS de Vila Real (ANPC); . GTF; . COM; . B.V. Sanfins do Douro; . B.V. Alijó; . B.V. Favaio; | . Incêndio Florestal Vila Verde – Pópulo (acidente com a viatura dos B. V. Sanfins do Douro) | . Inquérito interno sobre ocorrência acidente com a viatura VFCI 01 de Sanfins do Douro no combate ao Incêndio Florestal de Vila Verde – Pópulo. |
| Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) | . GADL; . GTF; . COM. | . Incêndio Florestal Carlão – Santa Eugénia. | . Aconselhamento de populares sobre prejuízos causados por este Incêndio Florestal. |



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

| | | | |
|--|--|--|--|
| Sector Florestal – PMDFCI | | | |
| Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) | . GADL; . GTF; . COM. | . Prejuízos causados pelos meios aéreos no combate aos Incêndios Florestais. | . Orientação destas situações para a Autoridade Nacional de Protecção Civil de Vila Real (ANPC). |
| Sector Florestal – PMDFCI | | | |
| Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) | . GADL; . GTF; . COM. | . Projecto Vittis. | . Elaboração de plantas de localização. |
| Sector Florestal – PMDFCI | | | |
| Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) | . GADL; . GTF; . COM; . Prof. Luís Martins (Departamento de Florestal UTAD – Patologia); . Eng.ª Elisa Ribeiro - AFN | . Doenças do Castanheiro (<i>Castanea sativa</i>). | . Avaliação, recolha de amostras em castanheiros do Concelho para avaliação de pragas e doenças. |
| Sector Florestal – PMDFCI | | | |

Alljó, 22 de Setembro de 2010 O Presidente da Câmara José Artur Fontes Cascarejo, Dr.

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduz o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Pedido de aprovação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2011, aos valores patrimoniais dos prédios urbanos”*, e dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que a posição do Executivo está bem expressa no texto, quer o porquê desta situação, quer os argumentos do Executivo e da oposição, aquando da discussão em Reunião de Câmara. Tinham dito, quando começaram a diminuir estes impostos, que só veriam o seu reflexo em termos de finanças na Câmara, no ano subsequente. Tendo em conta que

são, de todos os Municípios circundantes, os que têm os impostos mais baixos e tendo em conta o que isto significou em termos de lesar as finanças públicas municipais, estão a fazer um pequeno ajuste e mesmo assim ficam abaixo do nível médio do Distrito tal como está referido com exemplos concretos de outros Municípios. A situação do País leva-os a ter que actuar ao nível da receita e da despesa, tendo assumido esta posição. Indica ainda que há Municípios que sempre aplicaram a taxa máxima, o que não aconteceu com este Município pois procuram adequar-se à realidade. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Relativamente ao IMI, pergunta ao Sr. Presidente das Câmara se pode dar os valores à Assembleia e o que representa em termos de encaixe financeiro para a Câmara Municipal, passar dos actuais 0,5% para os 0,6% ou dos 0,2% para os 0,3%. Relativamente ao IMI, lembra que em 2009 a Câmara Municipal de Alijó, tinha as taxas mais competitivas, com as melhores taxas de IMI do Distrito de Vila Real; em 2008, para aplicar em 2009, a taxa foi de 0,3%, para 0,6%; em 2009 para aplicar em 2010 a taxa foi de 0,2% e 0,5%, ou seja, foi reduzida num ano eleitoral. A seu ver, as taxas podiam manter-se como estavam, nos valores mais baixos, achando que foram medidas eleitoralistas e neste contexto, pergunta se estaria o Município de Alijó melhor financeiramente em 2010 que em 2008 ou 2009 para ter feito o que fez. Sendo esta uma medida eleitoralista e subindo agora as taxas, a Bancada do PSD votará contra esta subida desta taxa. -----

-----**MEMBRO FILOMENA NOGUEIRA:** Refere que em tempo de crise não é agradável nem ninguém gosta de subir impostos, no entanto a Câmara Municipal tem que continuar com os seus investimentos nas aldeias, nas Freguesias, no Concelho e daí que não restem grandes dúvidas que os Fundos Europeus são cada vez menos e o dinheiro que vem do Governo é também cada vez menos. Perante isto e para que a Câmara continue a cumprir os seus objectivos, que é fazer obra nas suas Freguesias, não tem outra alternativa senão aumentar ou pelo menos manter este imposto. Acrescenta que poderiam talvez usar o meio-termo, pois em vez de aumentarem tanto os que têm um registo mais actualizado, deveriam verificar se os prédios muito antigos que estão registados com valores muito baixos, outros estão omissos e não pagam IMI, se fizessem uma reavaliação a



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

esses prédios, poderiam arranjar uma média em que não fossem só aqueles que os adquiriram mais recentemente e pagam mais, porque os que pagam menos ou estão omissos, também valem agora muito mais. Indica ainda que seria importante que todos pagassem pois a média pode ser menor. ----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Sobre esta questão, alerta para o facto de ainda não estarem no limite máximo percentual o qual corresponde a 0,7% e estão a ter em conta todos os considerando que foram enaltecidos. Chama a atenção para o facto de o juro estar cada vez mais caro, afectando todos em geral, se vem menos receita do Governo Central, também são afectados, se querem continuar a dar as melhores condições possíveis aos Municípios do Concelho, terão que obter de alguma forma. Frisa que não basta cortar cegamente, sendo necessário ser criterioso, saber onde devem cortar. Indica que este é um imposto permitido, o qual não atingiu o seu limite máximo, os Concelhos circundantes do Distrito de Vila Real estão a aplicar a taxa máxima. Questiona se todos são afectados pela crise, porque não poderão ir buscar receita onde os outros Municípios vão, porque é justo e legal. Indica ainda que quem ouviu a OCDE, referiu-se ao IMI, dizendo que tinha que ser aumentado, assim como o IVA, assim como também foi dito que Portugal para suportar o flagelo da crise, tinha forçosamente que aumentar os impostos na generalidade; foi ainda focada uma medida que espera que o Governo não aplique porque foi dito que seria necessário congelar o 13.º mês. Considera oportuno que vão aplicando estas medidas e quando estiverem financeiramente desafogados, poderão baixar novamente. Esclarece que não se trata de ser época eleitoral ou não e em sua opinião nunca foi tão justo rever os impostos como agora, porque mesmo com a crise não podem parar o Concelho, sendo este um meio que o Concelho tem para continuar a desenvolver o Concelho e não estagnar. -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Indica que o Sr. Presidente da Câmara invoca uma análise comparativa com outros Municípios da Região, para justificar a subida de impostos. Lamenta que não tenha tido semelhante atitude no ano transacto, cedendo à deriva eleitoralista de baixar impostos. Indica ainda que os Municípios vizinhos mantiveram a mesma linha, não governando em função do calendário eleitoral. Quanto ao relatório da OCDE deve dizer-se que foi negociado com o Governo e é um relatório que sendo uma boa notícia para o Governo, dando a sua chancela a esta política de impostos absurda, é claramente uma má notícia para os Portugueses;

basicamente, o que este relatório preconiza é que se aumentem os impostos e se acabem com todos os benefícios fiscais. Para o Governo é uma excelente notícia, para mas os Portugueses é uma má notícia. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Refere que tal como está nos documentos entregues aos Srs. Vereadores aquando da Reunião de Câmara e agora presente aos Srs. Membros da Assembleia Municipal têm vindo a diminuir gradualmente estes impostos desde 2007, data em que começou a surgir a crise, com mais significado e foi aplicado um conjunto de medidas de apoio social e de incentivo à economia local, onde incluíram a diminuição gradual destes impostos. Tal como já tinham referido, iam avaliar o impacto destes impostos nas finanças públicas municipais e 0,1%, para cada um, tem pouco significado, mas no conjunto total dos habitantes do Concelho, para o Município, tem muito. Lembra que sempre disseram que esta era uma questão em aberto, estando agora a fazer um reajuste e mesmo assim, apenas subiram 0,1% porque têm em atenção as dificuldades de todos e não quiseram fazer um aumento para o máximo. Frisa que a atitude correcta, foi a que tomaram, porque fazem um ajuste em função da realidade, os que não mexem nas taxas, não têm coragem política para as adaptar à dinâmica da realidade social e económica. Relembra que há Municípios que mantiveram sempre quer no bom, quer no mau tempo, as taxas no máximo, tal como Chaves, Mesão Frio, Murça, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre, Ribeira de Pena, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, o que significa que atinge todo o tipo de Municípios, desde os mais pequenos, aos médios e aos maiores. Frisa que enquanto estiver nestas funções, procurará sempre ser justo e adequar sempre os impostos à realidade do Concelho e continuam, mesmo depois deste aumento, a ser o Município mais competitivo relativamente a esta matéria e continuam abaixo do nível da média que todos praticam, ou seja, a taxa máxima. No que diz respeito à diminuição, de 2008 para 2009 com a descida que fizeram, representou passar de quinhentos e vinte e dois mil cento e sessenta e sete euros para quatrocentos e sessenta e sete mil euros, ou seja, perderam num só ano, cinquenta e cinco mil cento e sessenta e quatro euros. Finaliza



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

afirmando que para cada um, é uma percentagem mínima mas para a Câmara é um valor significativo. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Pedido de aprovação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2011, aos valores patrimoniais dos prédios urbanos” sendo aprovado por maioria com 23 votos a favor, 02 abstenções dos Membros Laurindo Miranda e Alfredo Veiga e 10 votos contra dos seguintes Membros: Miguel Cartageno, Márcio Ribeiro, Pedro Pimentel, Isabel Vieira, M.ª Arminda Ferreira, Marta Gonçalves, Filipe Macedo, Rogério Lima, João Vilela e Marco Rodrigues. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de Autorização de lançamento de uma derrama, para o ano de 2011, a incidir sobre a colecta de IRC do ano económico de 2010*”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que aplicam o mesmo raciocínio que foi aplicado para o imposto anterior; diminuíram a Derrama em função das dificuldades sociais e económicas que o País sofria, de 1,5% sobre os lucros. A Derrama é um imposto que incide 1,5% sobre o lucro efectivo e apurado das empresas, não incide sobre os empresários em nome individual e é a única forma que o Município de Alijó tem de fazer com que a Banca, os exportadores, e as grandes empresas que extraem riqueza do Concelho, deixem cá uma parte dessa mesma riqueza ou rendimento, pois se não pagarem neste Município irão pagar noutra qualquer, nomeadamente nos grandes Municípios. Esclarece que por exemplo a PT, a CGD, o BES, etc, em função do número de funcionários que exercem a sua função no Concelho e em função do volume de negócios que cá têm, eles pagam uma percentagem deste 1,5% para o Concelho. Acrescenta que se não lançarem esta Derrama, estas empresas usam os caminhos do Concelho, o saneamento básico, os equipamentos colectivos, os nossos serviços, e não deixam no Concelho rigorosamente nada, sendo esta a única forma de deixarem ficar algo. Tendo em conta as dificuldades sociais e económicas do País, ao longo dos anos, diminuíram de 1,5% para 0,9%, diminuição esta que se reflectiu no ano transacto, para metade daquilo que tinham arrecadado em termos de finanças, no ano anterior. Esclarece que não podiam continuar neste ritmo porque significava retirar 50% dum imposto que

penaliza as grandes empresas que extraem riqueza do Concelho e pretende continuar a aplicar sempre a Derrama. Esclarece ainda que o único argumento que o fez diminuir a Derrama do máximo para este mínimo, onde a diferença era 0,6% e passa a 0,3% foi um argumento da maior atractividade para as empresas se fixarem no Concelho, no entanto não foi por este facto que nenhuma empresa se fixou no Concelho, porque trata-se de grandes empresas tal como hotéis, as firmas exportadoras e que vêm para o Concelho, não porque há esta taxa de Derrama mas porque acham que este território lhes pode oferecer vantagens competitivas, ao nível do que o território dá. O que isto vale em termos dos custos de produção dessas empresas é absolutamente insignificante e por isso, os territórios competitivos que têm essas empresas não têm problema em lhes aplicar inclusive a taxa máxima. Compreende que quem está na oposição, politicamente vote sempre contra medidas desta natureza e quem está no poder não pode deixar de gerir desta forma. Indica que esta é uma questão de racionalizar recursos, de colheita e colecta de recursos e este imposto, no caso concreto deste Município, é a única forma de corrigirem uma gritante injustiça para com este território. Finaliza que gostaria de aumentar este imposto para o máximo e só não o fez para respeitar o mesmo princípio e ver quais as consequências, pois são uma entidade e os impostos são para várias pessoas e para o Município perder tudo isto, “descalça-o” financeiramente e impede-o de fazer os investimentos que todos os Membros da Assembleia querem que sejam feitos em cada uma das dezanove Freguesias do Concelho. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Refere que segundo informações que possui, a taxa de Derrama do ano transacto foi de 0,9%, passando agora para 1,2% e concorda com a maior parte da intervenção do Sr. Presidente da Câmara mas segundo a Lei das Finanças Locais no seu art.º 14, n.º 4 diz “A Assembleia Municipal pode por proposta da Câmara Municipal deliberar lançar uma taxa reduzida de Derrama para sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150 mil €”. Indica que é neste ponto que discorda porque se consultarem todos os Concelhos do Distrito, Alijó é um dos Concelhos onde é aplicada a taxa no valor de 1,2%, apesar de concordar que as grandes empresas como a EDP, a PT, a Banca, as grandes empresas de Vinho do



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

53
[Handwritten signature]

Porto, devem pagar esse dinheiro ao Concelho e ao Município de Alijó. Propõe que houvesse uma isenção de Derrama a entidade com volume de negócios igual ou inferior a 150 mil euros, porque iriam defender o pequeno comércio local, as pequenas empresas locais, sobretudo familiares, relativamente à Derrama que lhe vai ser aplicada. Finaliza informando que votarão contra este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Este é um imposto que incide sobre o lucro das empresas e as que têm mais lucros, são as empresas já mencionadas por outros Membros, os quais vêm ao Concelho para levar as receitas e não deixam cá nada. A Bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente. -----

-----**MEMBRO FILOMENA NOGUEIRA:** Refere que este é um imposto justo porque apenas incide sobre o lucro das grandes empresas, porque as pequenas empresas praticamente não têm lucro e por isso ou não pagam Derrama ou pagam uma quantia muito insignificante. Indica ainda que as grandes empresas nem sequer são do Concelho e levam os lucros, daí que esta taxa seja justa. Acrescenta que este imposto devia ser criado pelo Governo. Frisa que seria injusto se o Sr. Presidente da Câmara não cobrar este imposto, porque eles só vinham buscar e tinham cá todas as condições para levarem, ficando o Concelho sem nada. -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Indica que a sua intervenção é uma nota suplementar à intervenção do Membro Pedro Pimentel propondo em vez de 1,2% de taxa, se aplicasse 1,5%, uma vez que são vistos como “monstros” que vêm tirar receita. Utilizando a prerrogativa que decorre do art.º 14 - n.º 4 da Lei das Finanças Locais conceder uma redução, o mínimo legalmente admissível, para as empresas, para os sujeitos passíveis tributáveis em sede de IRC no Concelho. Desta forma acautelavam os sujeitos passíveis do Concelho, os pequenos comerciantes, as pequenas empresas, são tributadas em sede de IRC e operar-se-ia uma compensação em que o valor que a Câmara arrecadaria, seria semelhante. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Dá os parabéns e folga que pela primeira vez desde que é Presidente de Câmara e pela primeira vez que lança a Derrama que o Grupo Parlamentar do PSD

considera que a Derrama é a única forma que têm de fazer com que os referidos grupos deixem cá parte daquilo que exploram em termos de rendimento. No que diz respeito á questão do artigo, ele não permite isenções totais, permite isenções parciais. Informa que vão estudar a proposta formulada pela Bancada do PSD para num próximo ano verificar o alcance da mesma; considera esta uma proposta correcta do ponto de vista dos princípios e se for exequível será assumida. Considera esta discussão exemplar, porque desde que está a exercer funções na Câmara, não houve oportunidade de tratar desta questão com a seriedade intelectual com que foi tratado nesta sessão. --

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Membro Pedro Pimentel após a ter solicitado:

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Informa que concorda com o Sr. Presidente da Câmara e transmite que tem em seu poder um documento da Direcção Geral de Impostos datado de 05-04-2010 em que o assunto é o seguinte: “IRC Taxas de Derrama lançadas para a cobrança em 2010, de exercício de 2009, relativamente ao Distrito de Vila Real e a cada Concelho; Alijó em relação ao ano passado tinha 0,9%, o Concelho de Montalegre e Vila Pouca de Aguiar têm uma nota ao lado onde se pode ler: “isenção de Derrama – entidades com volumes de negócios menores ou iguais a 150mil euros”. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de Autorização de lançamento de uma derrama, para o ano de 2011, a incidir sobre a colecta de IRC do ano económico de 2010 ”* sendo aprovado por maioria com 23 votos a favor, 09 votos contra dos seguintes Membros: Miguel Cartageno, Márcio Ribeiro, Pedro Pimentel, Isabel Vieira. M.^a Arminda Ferreira, Filipe Macedo, Marta Gonçalves, Rogério Lima e João Vilela, 02 abstenções dos Membros Marco Rodrigues e Laurindo Miranda. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Membro Márcio Ribeiro, o qual pretende apresentar uma Declaração de Voto: -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Indica que com indicação que o sentido de voto é contra, porque não foi utilizada a prerrogativa incita no n.º4 do art.º 14 da Lei das Finanças Locais. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos “Pedido de aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

55
[Handwritten signature]

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Pensa que este é um dos impostos que não oferece qualquer dúvida porque seria desonerar todas as empresas de telemóveis, telecomunicações, EDP de utilizarem o território do Concelho gratuitamente, com a colocação de antenas e outro tipo de instrumentos que necessitam para operar, sendo esta taxa a única forma de aplicar sobre os Direitos de Passagem, sendo aplicada pelo máximo. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições e não havendo Inscrições, colocou-se a votação o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos "Pedido de aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem"*, tendo sido aprovado por unanimidade com 34 votos a favor. -

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos "Pedido de aprovação da 8.ª Modificação aos documentos previsionais de 2010 que se traduz na 3.ª Revisão ao PPI e consequente 5.ª Alteração ao Orçamento da Despesa "*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que esta é uma consequência da gestão do próprio Plano de Actividades e Orçamento, tem a ver com a dinâmica da própria actividade da Autarquia, são reafectadas verbas de umas rubricas para outras para poderem avançar com determinados projectos. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições e não havendo Inscrições, coloca a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos "Pedido de aprovação da 8.ª Modificação aos documentos previsionais de 2010 que se traduz na 3.ª Revisão ao PPI e consequente 5.ª Alteração ao Orçamento da Despesa "*, sendo aprovado por maioria com 24 votos a favor e 10 abstenções dos seguintes Membros: Miguel Cartageno, Márcio Ribeiro, Pedro Pimentel, Isabel Vieira, M.ª Arminda Ferreira, Filipe Macedo, Marta Gonçalves, Rogério Lima, João Vilela e Marco Rodrigues.

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduz o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos "Pedido de substituição do elemento representante da Assembleia Municipal, na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens."*. Indica que foi alertado para um erro do documento, onde constava que o elemento a substituir tinha atingido seis anos de Comissão e teria que sair, no entanto pediu para os documentos serem verificados e na acta de eleição. Segundo os documentos a que teve acesso, so estava eleito há quatro anos, no entanto este elemento tem que ser confirmado pela Assembleia,

podendo ficar o mesmo elemento ou ser substituído. Neste caso Concreto trata-se do Dr. Aníbal Ferreira, que apesar de não ser Membro da Assembleia, pode ser escolhido como representante para a Comissão de Protecção de Menores e julga interpretar o que foi decidido, quando foram indicados os outros elementos para a Comissão, que este seria o elemento indicado pela Bancada do PSD/CDS numa Assembleia anterior. Pede à Bancada do Partido se a proposta se mantém ou se há alguma correcção. Dá a palavra ao Membro Pedro Pimentel: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Relativamente a esta questão, indica que alertou o Sr. Presidente e o líder da Bancada do PS sobre esta questão, porque tinha conhecimento o Dr. Aníbal Ferreira tinha sido eleito em Assembleia Municipal no dia 24-02-2006 e daí ter solicitado a sua confirmação. Informa que a Bancada propõe igualmente o Dr. Aníbal Augusto dos Santos Ferreira, ara continuar a assumir o lugar. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** A Bancada do PS, à semelhança do que foi dito em Assembleia anterior, mantém a mesma afirmação, de que o Dr. Aníbal Ferreira deverá continuar a exercer funções. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Não considera este voto/eleição como secreto, mas uma proposta em que estão de acordo todos os Membros da Assembleia, considerando desnecessária a votação, tratando-se de uma confirmação da Assembleia do elemento visado. Coloca a votação o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos "Pedido de substituição do elemento representante da Assembleia Municipal, na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens."* Sendo aprovado por unanimidade com 34 votos a favor. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Sete da Ordem de Trabalhos "Designação de um elemento da Assembleia Municipal para fazer parte do Conselho da Comunidade do ACES do Douro I- Marão e Douro Norte"*. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** A Bancada do PS indica o nome do Membro e Presidente de Junta Filomena Nogueira. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

57

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Abancada do PSD e CDS/PP não apresentam qualquer nome. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o *Ponto Sete da Ordem de Trabalhos* “*Designação de um elemento da Assembleia Municipal para fazer parte do Conselho da Comunidade do ACES do Douro I- Marão e Douro Norte*”, sendo aprovado por unanimidade com 34 votos a favor. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----

A mesa:

João Manuel Gomes da Costa
Henrique
Glória Romão Cunha S. Afonso

